



UNICEUB – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FAJS – FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

ANNA PAULA BASTOS GEORGO

**A ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA DE NÃO
DEVOLUÇÃO DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO –
VRG NOS CONTRATOS DE *LEASING***

BRASÍLIA

2013

ANNA PAULA BASTOS GEORGO

**A ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA DE NÃO
DEVOLUÇÃO DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO –
VRG NOS CONTRATOS DE *LEASING***

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Direito do
Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Msc. Pablo Malheiros da Cunha Frota.

BRASÍLIA

2013

ANNA PAULA BASTOS GEORGO

**A ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA DE NÃO
DEVOLUÇÃO DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO –
VRG NOS CONTRATOS DE *LEASING***

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Direito do
Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Msc. Pablo Malheiros da Cunha Frota.

Brasília, de de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Pablo Malheiros da Cunha Frota
Orientador

Prof. Flávio de Almeida Salles Junior
Examinador

Prof. José Rossini Campos do Couto Correa
Examinador

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Karin, e paizinho, por todo apoio e por terem me oportunizado o acesso aos estudos; a Leonardo Anthony, por ter me inspirado a escolha pelo tema e por todo o seu companheirismo.

RESUMO

A elaboração unilateral de condições gerais contratuais em contrato de *leasing*, pelos arrendantes, tem suscitado a inserção de condições em demasia onerosas aos arrendatários, qualificadas como cláusulas abusivas. Nesse sentido, a presente pesquisa abordou a existência de duplo significado para o termo “Valor Residual Garantido-VRG”, utilizado no referido tipo contratual, uma vez que essa dualidade tem causado controvérsias no âmbito do Poder Judiciário quanto a sua real destinação. A partir do contexto da aplicabilidade prática dos contratos de *leasing* financeiro, pretende-se esclarecer se cláusulas que disponham sobre prerrogativas naturais do contrato de *leasing*, como as referentes ao Valor Residual Garantido, podem ser consideradas leoninas. Para elucidar melhor a questão foram abordados aspectos doutrinários do referido contrato, especialmente no que tange a incidência do diploma consumerista nas relações contratuais em que se verifiquem a presença de arrendante e arrendatário ocupando posições de fornecedor e consumidor, respectivamente. A metodologia de procedimento da pesquisa foi a bibliográfica e a de abordagem conjugou os critérios dedutivos e indutivos. O tipo de raciocínio utilizado foi o hermenêutico-dialógico. Finalmente foi demonstrada a aplicação prática da controvérsia jurídica em julgados prolatados, em segunda instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF e, em instância extraordinária, pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do rito dos Recursos Repetitivos. Desse modo, concluiu-se pela abusividade da cláusula que obstar a devolução do VRG, desde que também tenha sido assegurado ao arrendador o recebimento dos valores previstos em seu favor e estes não se mostre abusivos.

Palavras-chaves: *leasing*, cláusulas unilaterais, CDC, abusividade, VRG, destinação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
 CAPÍTULO 1.....	 8
1. Do sentido de <i>Leasing</i>	8
2. Enquadramento jurídico do contrato de arrendamento mercantil.....	10
3. Espécies de <i>Leasing</i>	14
4. Previsões essenciais para os contratos de <i>Leasing</i>	20
5. Causas de extinção da relação obrigacional do <i>Leasing</i>	23
6. Vantagens e desvantagens proporcionadas pelo <i>Leasing</i>	25
7. Valor residual x valor residual garantido.....	28
 CAPÍTULO 2.....	 31
1. Do sentido de relação de consumo.....	31
2. Da aplicação do CDC aos contratos de <i>Leasing</i>	38
3. Condições gerais do contrato x contrato de adesão.....	42
4. O contrato de arrendamento mercantil como um contrato de adesão.....	45
5. Cláusulas abusivas no CDC.....	49
 CAPÍTULO 3.....	 57
1. Análise jurisprudencial acerca da abusividade total ou parcial das cláusulas de não devolução do VRG.....	57
 CONCLUSÃO.....	 87
 REFERÊNCIAS.....	 91

INTRODUÇÃO

O *leasing* surgiu em meados do século XX oriundo de necessidades emanadas pelo mercado. A ideia do contrato era viabilizar a disponibilidade de bens a sociedades empresárias sem que, para isso, necessitassem alocar quantias vigorosas de recursos para terem a posse dos objetos. Assim, o instituto permitia que esses empresários tivessem em aluguel os bens que necessitassem para suas atividades, sem que precisassem adquiri-los propriamente, proporcionando-lhes significativa economia. Ao final, os recursos poupados com o aluguel do bem poderiam ser destinados a outras necessidades da sociedade empresária.

No Brasil, o instituto foi previsto pela Lei nº. 6.099/1974 a qual sofreu alterações pela Lei nº. 7.132/1983. Inicialmente, o contrato era utilizado unicamente por sociedades empresárias que almejavam adquirir bens para o exercício de suas atividades. Entretanto, o êxito do tipo contratual foi tamanho que a legislação passou a prever o uso do contrato a pessoas humanas, independentemente da finalidade de uso dos bens contratados. A partir daí, o contrato teve grande repercussão no mercado brasileiro.

A prerrogativa de elaboração unilateral dos contratos de *leasing* pelos arrendantes, característica do típico contrato de adesão, viabilizou às sociedades empresárias inserirem condições gerais do contrato que contrariam a essência do *leasing* e até os princípios que regem as relações de consumo. Diante disto, as cláusulas previstas nos contratos de arrendamento mercantil que exorbitassem o poder de elaboração conferido aos arrendantes, por trazerem imposições desarrazoadas e desproporcionais aos arrendatários, passaram a ser controladas pelo Poder Judiciário, no momento em que fosse provocado pelas partes, na tentativa de se resgatar o equilíbrio contratual.

Dentre as cláusulas detentoras de controvérsias insertas nos contratos de *leasing* está a previsão de pagamento de Valor Residual Garantido - VRG e as consequências dessa estipulação. O Valor Residual Garantido é uma quantia determinada nos contratos de arrendamento mercantil e que possui dupla finalidade: é um valor previsto para pagamento pelo arrendatário quando do término do contrato desejar adquirir o bem contratado e que poderá ser antecipado durante a vigência

deste, mas também é uma quantia estipulada em favor do arrendador assegurando o recebimento de valor mínimo pela celebração do contrato. Essa ambiguidade de significados tem trazido discrepâncias nos contratos de *leasing*, uma vez que o instituto é mal compreendido pelos arrendatários e mal utilizado pelos arrendantes, consoante demonstrado nos julgados apresentados no terceiro capítulo desta pesquisa. Partindo desse pressuposto, a hipótese assinalada nesta monografia é de que são abusivas as cláusulas que obstem a devolução do VRG pago pelos arrendatários, quando não desejam adquirir o bem contratado, na situação em que a arrendante tenha sido devidamente reintegrada na posse do objeto.

Por todo o contexto destacado, no primeiro capítulo serão abordados os principais aspectos relacionados ao contrato, os quais sejam: o surgimento, as espécies, as características do contrato, as principais previsões que devem estar contidas em seu texto, as causas de extinção, as vantagens e desvantagens do tipo contratual e, por último, as definições de VRG e valor residual.

No segundo capítulo, busca-se tratar as principais ideias envoltas para o reconhecimento de uma relação jurídica como sendo de consumo, a aplicabilidade do diploma consumerista ao tipo contratual, bem como conceitos de contrato de adesão e de cláusulas abusivas, os quais possuem relação direta com os contratos de *leasing* celebrados em relações de consumo.

Finalmente, no terceiro capítulo deste trabalho serão demonstrados julgados prolatados por dois tribunais brasileiros nos quais são abordados: a controvérsia jurídica do VRG e o posicionamento que os tribunais têm tomado quanto a sua aplicabilidade prática nos contratos de *leasing*.

Diante dos divergentes entendimentos proferidos quanto à natureza e destinação do Valor Residual Garantido, o objetivo deste trabalho é demonstrar os variados entendimentos emanados pelos magistrados ao apreciarem a matéria, delimitar aquele que se mostra mais adequado às finalidades do contrato e demonstrar as consequências advindas da interpretação. Para isso, a metodologia de procedimento da pesquisa adotada foi a bibliográfica e a de abordagem conjugou os critérios dedutivos e indutivos. O tipo de raciocínio utilizado foi o hermenêutico-dialógico.

CAPÍTULO 1

1. Do sentido de *Leasing*

A terminologia do *leasing* origina-se do verbo *to lease*, da língua inglesa, e significa alugar ou ceder onerosamente.¹

Elucidam Alexandre Santana de Lima e Carlos Alberto de Agostini que:

“A idéia do *leasing* se baseia na concepção econômica de que o fato gerador de rendimento para uma empresa é a utilização de um bem, e não a propriedade deste. Portanto, genericamente, o *leasing* pode ser explicado como um contrato cuja finalidade é a cessão do uso de bens fungíveis ou de capital”.²

O instituto foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº. 6.099 de 12.09.1974, tendo o intitulado arrendamento mercantil.³ Apesar da adoção da terminologia arrendamento mercantil pela legislação brasileira, expressão que não muito se adéqua as características do instituto, a doutrina e a jurisprudência nacional continuam utilizando o termo *leasing*.⁴ O *leasing* teve enorme aceitação em vários países do mundo⁵ e a partir de 1970 do século XX o contrato passou a fazer parte dos hábitos negociais brasileiros.⁶

No Brasil, antes mesmo de possuir cobertura legislativa, era praticado por diversas sociedades empresárias, todavia o legislador tornou-o um contrato típico e nominado⁷ com a elaboração da Lei nº. 6.099/1974 que tinha por finalidade dispor sobre o tratamento tributário dado à espécie contratual.⁸ A Lei nº. 7.132/1983 trouxe

¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais*. Volume 3. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 688.

² AGUSTINI, Carlos Alberto Di; LIMA, Alexandre Santana de. *Leasing Operacional: estratégias mercadológicas e econômicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 16.

³ RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 1.237.

⁴ VENOSA, Sílvio de Sálvio. *Direito Civil: contratos em espécie*. Volume 3. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 541.

⁵ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Leasing*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 26.

⁶ LISBOA, Roberto Senise. *Manual de Direito Civil: contratos e declarações unilaterais*. Volume 3. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 428.

⁷ MARTINS, Fran. *Contratos e Obrigações Comerciais*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 420.

⁸ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil: contratos*. Volume 3. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 552.

modificações à regulamentação inicialmente dada pela Lei nº. 6.099/1974 e desde então o Banco Central do Brasil passou a editar resoluções sobre a matéria.⁹

A essencialidade da participação do Banco Central nos contratos de *leasing* se deve a necessidade de controle e de fiscalização das operações de crédito, atribuição dessa autarquia exercida consoante enunciados normativos do Conselho Monetário Nacional.¹⁰

A Resolução de nº. 2.309, de 28.08.1996, consolidou os enunciados normativos aplicados aos contratos de *leasing*¹¹ e, ainda assim, sofreu modificações pelas resoluções de nº. 2.659, de 28.10.1999, e de nº. 3.175, de 20.02.2004.¹²

Em que pese à antiguidade da espécie, alguns doutrinadores acreditam que o *leasing*, como trabalhado no Brasil, tenha encontrado eco nos Estados Unidos por meio da experiência de D. P. Boothe em 1952.¹³ De acordo com relatos históricos, Boothe possuía uma fábrica de gêneros alimentícios e recebeu uma importante encomenda do Exército. Por não possuir recursos para adquirir equipamentos melhores e mais atualizados para atender a citada demanda, idealizou obter a locação dos equipamentos necessários para a sua produção. Tendo o *leasing* financeiro sido estruturado e aplicado com êxito no empreendimento de Boothe, este se dedicou posteriormente à ideia de trabalhar o instituto no perfil ora apresentado.¹⁴

Quer tenha origens comuns de outras espécies contratuais (ou não), o *leasing* é considerado uma figura contemporânea, que partiu da necessidade de uma evolução técnica-negocial.¹⁵

Um sentido para o *leasing* pode ser extraído do art. 1º, parágrafo único da Lei nº. 6.099/74:

“Considera-se arrendamento mercantil, para efeitos desta lei, o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por

⁹ LISBOA, Roberto Senise. *Manual de Direito Civil: contratos e declarações unilaterais*. Volume 3. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 428.

¹⁰ PEREIRA Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil: contratos*. Volume 3. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 553.

¹¹ NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: contratos*. Volume 3. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 482.

¹² NEGRÃO, Ricardo. *Manual de Direito Comercial e de Empresa: títulos de crédito e contratos empresariais*. Volume 2. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 397.

¹³ NADER. *Op. cit.*, p. 482.

¹⁴ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Leasing*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 25.

¹⁵ BULGARELLI, Waldirio. *Contratos Mercantis*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 379.

objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta”.¹⁶

Normalmente, o *leasing* é um contrato bastante utilizado nas atividades empresariais e industriais, principalmente quando esses empreendimentos necessitam do uso de maquinários específicos e que a aquisição propriamente dita se torna desnecessária. Assim, os titulares das referidas atividades empresariais procuram uma instituição financeira que adquire os equipamentos sinalizados e os fornece em locação. Ao término do contrato poderão adquirir o bem, sendo levado em conta para a quitação do preço devido à quantia paga pelo aluguel.¹⁷

A utilização do *leasing* por sociedades empresárias satisfaz anseios econômicos de locação, de aquisição do bem arrendado, assim como de renovação de maquinário, sem que para isso se efetive grandiosos gastos,¹⁸ viabilizando-se a sociedade empresária equipar-se independentemente do uso de seu capital.¹⁹

2. Enquadramento jurídico do contrato de arrendamento mercantil

Diversas teorias existem sobre o enquadramento jurídico do contrato de *leasing*, como assevera Orlando Gomes:

“De um lado, os que tentam conduzi-lo a um tipo nominado de contrato; do outro, os que têm como nova figura do comércio jurídico, irredutível a qualquer das conhecidas dos contratos esquematizados. No primeiro grupo, diversos contratos típicos, como a locação, a compra e venda e até a gestão de negócios, são indicados como o contrato que se reduz o *leasing*. A maior afinidade é com a locação, mas não pode ser tido como simples modalidade desse contrato porque encerra elementos jurídicos próprios que impedem a assimilação e rejeitam a integral submissão ao seu regime legal. É dominante na doutrina mais recente o juízo de que o *leasing* é um contrato autônomo, muito embora resulte da fusão de elementos de outros contratos, mas não pode ser classificado como contrato misto, composto por prestações típicas da locação, da compra e de outros contratos, porque tem causa própria e já se tipicizou”.²⁰

¹⁶ BRASIL. *Lei nº. 6.099 de 12.09.1974*. Brasília, 1974. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6099.htm>. Acesso em: 30 jul. 2012.

¹⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais*. Volume 3. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 688.

¹⁸ GOMES, Orlando. *Contratos*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 571.

¹⁹ *Ibidem*, p. 572.

²⁰ *Ibidem*, p. 573.

Paulo Nader considera o contrato de natureza *sui generis*, híbrida, em razão da presença de elementos similares aos de outras espécies de contratos,²¹ muito embora essa ideia possa ser considerada um equívoco, pois o *leasing* não deixa de ser um contrato com características comuns de outros pactos.

Há quem o considere um contrato misto pelo fato da espécie contratual incluir obrigações típicas de outros contratos. O argumento menciona que as obrigações, apesar de variáveis, compõem um todo, e por esse motivo não são passíveis de descumprimento individualmente, pena de frustrar-se a essência do instituto.²²

Nos dizeres de José Francisco Lopes de Miranda Leão o *leasing* “ostenta características categoriais próprias e exclusivas, dotadas de efeitos jurídicos relevantes, que permitem dizer que se trata de uma espécie distinta e própria de relação jurídica”.²³

Esse tipo contratual traz peculiaridades geradoras de grandes discussões quanto ao preciso enquadramento jurídico, impossibilitando a unanimidade de entendimentos. Situação essa que se agrava em virtude da existência de tantos tipos diferenciados de *leasing*.²⁴

Finalmente, a doutrina civilista caracteriza a espécie como um contrato consensual, bilateral, oneroso, de tempo determinado, de execução sucessiva e *intuitu personae*.²⁵ Alguns doutrinadores, todavia, consideram também se tratar de um contrato: solene, comutativo, de adesão²⁶, dentre outras classificações.

O contrato é consensual porque é celebrado em decorrência da manifestação de vontade das partes.²⁷ É bilateral, pois tanto o arrendante quanto o arrendatário são credores e devedores um do outro simultaneamente, havendo

²¹ NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: contratos*. Volume 3. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 483.

²² RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 140.

²³ LEÃO, José Francisco Lopes de Miranda. “*Leasing*”: o arrendamento financeiro. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 22.

²⁴ BULGARELLI, Waldirio. *Contratos Mercantis*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 382.

²⁵ FREITAS FILHO, Roberto. *Intervenção Judicial nos contratos e aplicação dos princípios e das cláusulas gerais: o caso do leasing*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2009, p. 47.

²⁶ MALUF, Carlos Alberto Dabus; MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Curso de Direito Civil: Direito das Obrigações*. , Volume 5, parte 2. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 480.

²⁷ TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie*. 5. ed. São Paulo: Método, 2010, p. 51.

proporcionalidade entre as obrigações de cada um (contrato sinalagmático).²⁸ Oneroso devido ao fato dos contratantes aferirem vantagens mutuamente. Existe uma prestação de uma das partes e ao mesmo tempo uma contraprestação da outra. Em hipótese alguma poderá ocorrer a onerosidade excessiva para qualquer delas, devendo o contrato proporcionar equilíbrio, sob pena de caracterizar-se o enriquecimento sem causa e este ensejar uma possível revisão do termo contratual com fundamento nos princípios da função social do contrato e da boa fé,²⁹ por exemplo.

O *leasing* é um contrato de tempo determinado, pois a sua duração é previamente definida pelo termo contratual, independentemente da possibilidade de reiteradas renovações. É considerado de trato sucessivo (execução continuada), pois a sua contraprestação é realizada de forma periódica.³⁰

De modo geral o *leasing* é definido como um contrato *intuitu personae* por observar as características das partes para a efetivação do contrato. Em razão disso, a alteração dos pólos contratantes pode ocasionar a resolução da relação obrigacional.³¹

Quanto ao quesito da solenidade, alguns doutrinadores o entendem como sinônimo de contrato formal. Por esse motivo o *leasing* seria considerado por exigir para sua celebração forma prescrita em lei, seja por instrumento público ou particular.³² Doutrinadores, no entanto, discordam dessa classificação por entenderem que a forma é um gênero do qual a solenidade é uma espécie e, nessa classificação, os contratos solenes devem unicamente ser realizados por instrumento público.³³ É um contrato comutativo por permitir às partes a previsibilidade das prestações e contraprestações devidas a partir do momento que celebram o contrato.³⁴

O *leasing* é enquadrado como um típico contrato de adesão. Neste momento será definido unicamente o significado desta característica, uma vez que o

²⁸ TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie*. 5. ed. São Paulo: Método, 2010, p. 49.

²⁹ *Ibidem*, p. 50.

³⁰ MARTINS, Fran. *Contratos e Obrigações Comerciais*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 85.

³¹ TARTUCE. *Op. cit.*, p. 67.

³² DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais*. Volume 3. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 93.

³³ TARTUCE. *Op. cit.*, p. 62.

³⁴ DINIZ. *Op. cit.*, p. 84.

seu sentido será devidamente aprofundado no segundo capítulo desta monografia. Desse modo, é considerado um contrato de adesão por, em regra, não permitir ao arrendatário discutir ou modificar as cláusulas expressas no termo do contrato, limitando-o a possibilidade de manifestar-se aceitando ou recusando a sua celebração.³⁵ Ou ainda de acordo com Paulo Lôbo: “o contrato que, ao ser concluído, adere a condições gerais predispostas ou utilizadas por uma das partes, que passam a produzir efeitos independentemente de aceitação de outra”.³⁶

Atualmente uma importante classificação está em voga no ordenamento jurídico brasileiro, a dos contratos relacionais ou contratos de duração continuada que difere da dos contratos de execução instantânea. De acordo com esta classificação, os contratos tidos por relacionais são contratos que devem viabilizar sua alteração em situações futuras, previsíveis (ou não), ocasionadas por modificações nas circunstâncias que ensejaram a elaboração dos termos contratuais.³⁷ Como estatui Paulo Lôbo:

“Esses contratos exigem adaptação constante, com o reajuste e o reequilíbrio de suas condições, o que provoca a implosão do princípio clássico de sua força obrigatória (*pacta sunt servanda*). Para esses contratos, são impróprias as soluções da teoria geral do adimplemento e das consequências do inadimplemento, porque não satisfazem os interesses das partes”³⁸.

O *leasing* é, portanto, um contrato relacional que requer a previsibilidade de cláusulas que permitam a sua adequação ao contexto econômico no qual o contrato está inserido, permitindo o equilíbrio contratual e afastando, com isso, a onerosidade excessiva que pese entre qualquer dos contratantes.³⁹

³⁵ GONÇALVES, Valério Pedroso; GUERRA, Luiz Antonio. *Contratos Mercantis Diferenciados*. Brasília: Brasília Jurídica, 2007, p. 117.

³⁶ LÔBO, Paulo. *Direito Civil: contratos*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 129.

³⁷ *Ibidem*, p. 113.

³⁸ *Ibidem*, p. 113.

³⁹ Apesar disso, foi aprovado o enunciado 25 da 1ª Jornada de Direito Comercial com o seguinte entendimento: “A revisão do contrato por onerosidade excessiva fundada no Código Civil deve levar em conta a natureza do objeto do contrato. Nas relações empresariais, deve-se presumir a sofisticação dos contratantes e observar a alocação de riscos por eles acordada”, o que contraria o sentido dos contratos relacionais assim considerados.

3. Espécies de *Leasing*

Arnaldo Rizzardo indica quatro tipos principais de *leasing*: *leasing* operacional, arrendamento mercantil financeiro, arrendamento contratado com o próprio vendedor (também conhecido como *lease-back*) e o arrendamento mercantil contratado com sociedades empresárias integrantes do mesmo grupo financeiro ou *self-lease*.⁴⁰ Existem ainda outras modalidades como o *leasing* imobiliário e o mobiliário, a “*dummy corporation*” e o *leasing* no setor de transportes que inclui o *leasing* de navios e o de aviões.⁴¹

Apesar de a doutrina brasileira considerar a existência de outras espécies de *leasing*⁴², o objeto deste estudo será unicamente o *leasing* financeiro, o qual a Lei nº. 6.099/1974 aborda especialmente.⁴³

3.1. *Leasing* financeiro

A Resolução nº. 2.309, de 28.08.1996, em seu art. 5º prevê:

“Considera-se arrendamento mercantil financeiro a modalidade em que:
I - as contraprestações e demais pagamentos previstos no contrato, devidos pela arrendatária, sejam normalmente suficientes para que a arrendadora recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação e, adicionalmente, obtenha um retorno sobre os recursos investidos;
II - as despesas de manutenção, assistência e serviços correlatos à operacionalidade do bem arrendado sejam de responsabilidade da arrendatária;
III - o preço para o exercício da opção de compra seja livremente pactuado, podendo ser, inclusive, o valor de mercado do bem arrendado”.⁴⁴

Nesta modalidade, o arrendador adquire os bens em conformidade ao que é orientado pelo arrendatário.⁴⁵ Aquele assume a responsabilidade de entregar

⁴⁰ RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing*: arrendamento mercantil no direito brasileiro. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 33 a 46.

⁴¹ PAES, Paulo Roberto Tavares. *Obrigações e Contratos Mercantis*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 202.

⁴² MALUF, Carlos Alberto Dabus; MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Curso de Direito Civil*: Direito das Obrigações. Volume 5, parte 2. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 481.

⁴³ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*: contratos. Volume 3. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 554.

⁴⁴ BRASIL. Banco Central do Brasil. *Resolução nº. 2.309 de 28.08.1996*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1996&numero=2309>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

o bem segundo especificações do arrendatário, tendo em contraprestação pagamentos periódicos. O arrendatário, ao término do contrato, terá a opção de: extinguir a relação obrigacional, renová-la ou até mesmo adquirir o bem segundo valores estipulados no termo contratual, levando-se em consideração para tanto a quantia despendida em sua vigência.⁴⁶

Caracteriza este tipo de *leasing* a impossibilidade de o fabricante ou do importador figurar como arrendantes.⁴⁷ Por isso, deverá existir uma sociedade empresária específica para essa finalidade.⁴⁸

Consoante entendimento de Carlos Roberto Gonçalves:

“O *leasing* financeiro é a modalidade clássica e a mais utilizada em nosso país. Envolve três partes: a) arrendatária, que é quem indica o bem a ser comprado e que fará uso do objeto mediante pagamentos periódicos, com opção final de compra, devolução ou renovação. Pode ser pessoa física ou jurídica; b) a empresa arrendadora, que é quem compra o bem e o aluga à arrendatária; e c) a empresa fornecedora do bem, de quem a arrendadora adquire o objeto. (...) O arrendatário assume os riscos da coisa, obriga-se pela sua conservação e sofre a sua obsolescência”.⁴⁹

O contrato de *leasing*, portanto, requer para a sua validade a viabilidade, ao término do contrato, da aquisição do objeto por parte do arrendatário, do contrário, descaracterizado estaria o enlace.⁵⁰

Sendo a opção de compra fundamental para o negócio jurídico, as parcelas auferidas a título de aluguel devem exceder o valor puramente locativo tendo em vista incluir a quantia referente ao valor de aquisição do objeto arrendado. A duração do contrato, ao final, deverá ser tal que permita um saldo razoável para a compra⁵¹ e que admita não só a cobertura do custo do objeto adquirido pelo arrendante, mas também seu embolso lucrativo do investimento.⁵²

⁴⁵ LISBOA, Roberto Senise. *Manual de Direito Civil: contratos e declarações unilaterais*. Volume 3. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 430.

⁴⁶ NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: contratos*. Volume 3. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 483.

⁴⁷ RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 38.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 38.

⁴⁹ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais*. Volume 3. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 692.

⁵⁰ GOMES, Orlando. *Contratos*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 573

⁵¹ *Ibidem*, p. 573.

⁵² COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 471.

Não obstante a necessidade de preenchimento dos requisitos para a validade do contrato, as partes terão liberdade para arbitrar quanto será estabelecido para a opção.⁵³

O contrato de *leasing* financeiro requer a participação do arrendante, do arrendatário e do fornecedor do bem.⁵⁴ Apesar disso, os únicos que efetivamente participam do contrato de *leasing* são os dois primeiros.⁵⁵

3.1.1. Características do arrendante, do arrendatário e do fornecedor e as obrigações e os deveres das partes

A Lei nº. 6.099/1974, em seu art. 2º, §2º estatui:

“Somente farão jus ao tratamento previsto nesta Lei as operações realizadas ou por empresas arrendadoras que fizerem dessa operação o objeto principal de sua atividade ou que centralizarem tais operações em um departamento especializado com escrituração própria”.⁵⁶

Pelo que se observa, o legislador estabeleceu critérios objetivos para que as sociedades empresárias pudessem operacionalizar a prática do *leasing*. Isso porque o contrato exige peculiaridades técnicas que requerem a exclusiva especialidade ou, ao menos, a estruturação de um departamento próprio que enseje a correção do trabalho executado pela arrendadora e a devida assistência aos arrendatários.⁵⁷ Essas sociedades empresárias necessitarão de expressa autorização do Banco Central para exercerem suas atividades,⁵⁸ constituídas sob a forma de instituição financeira⁵⁹, sociedade anônima controlada e fiscalizada pelo próprio Banco Central.⁶⁰

⁵³ PIMENTEL, Carlos Barbosa. *Direito Comercial: Teoria e questões*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 351.

⁵⁴ VENOSA, Sílvio de Sálvio. *Direito Civil: contratos em espécie*. Volume 3. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 541.

⁵⁵ MARTINS, Fran. *Contratos e Obrigações Comerciais*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 419.

⁵⁶ BRASIL. *Lei nº. 6.099 de 12.09.1974*. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6099.htm>. Acesso em: 30 jul. 2012.

⁵⁷ RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 1.266.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 1.264.

⁵⁹ NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: contratos*. Volume 3. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 484.

⁶⁰ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais*. Volume 3. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 692.

Essa mesma lei excluiu de seu âmbito de aplicação o *leasing* negociado entre pessoas jurídicas diretamente ou indiretamente coligadas ou interdependentes, bem como, o contratado com o próprio fabricante.⁶¹

As pessoas jurídicas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras utilizam o *leasing* de maneira intensa, mas a Resolução nº 2.309/1996 solidificou, também, a viabilidade do arrendamento mercantil para as pessoas humanas, embora não houvesse proibição para a prática, não eram oferecidos os benefícios fiscais para tal.⁶²

Juntamente com a ampliação do rol de possíveis arrendatários não houve restrições para uso em relação ao objeto do *leasing*. Os bens podem ser tanto destinados para as atividades da sociedade empresária quanto para uso pessoal do arrendatário,⁶³ como expõe Arnaldo Rizzardo:

“A abertura permitida dinamizou, divulgou e popularizou o *leasing*, a ponto de tornar-se um dos mais procurados instrumentos de aquisição financiada de bens duráveis, desde veículos, maquinários, aparelhos eletrônicos, computadores e até eletrodomésticos.”⁶⁴

Restou, com isso, disseminado o uso do contrato não apenas entre sociedades empresárias, mas entre arrendadores e pessoas humanas as quais passaram a ser beneficiadas por todas as prerrogativas típicas do contrato.

O fornecedor é um membro da relação tripartida do *leasing* financeiro. É o sujeito que aliena o bem arrendado ao arrendante, conforme as especificações do arrendatário. Não participará do contrato propriamente dito, salvo pela vontade dos contratantes.⁶⁵ A princípio, a escolha do fornecedor deverá partir do arrendatário, pois apresentaria maior conhecimento sobre as peculiaridades necessárias ao bem a se adquirir, levando-se em consideração os anseios da atividade econômica que exerce. Por esse motivo, será responsabilizado pelas consequências advindas dessa escolha.⁶⁶

⁶¹ BRASIL. *Lei nº. 6.099 de 12.09.1974*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6099.htm>. Acesso em: 30 jul. 2012.

⁶² RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 102.

⁶³ *Idem*. *Contratos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 1.267.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 1.267.

⁶⁵ VENOSA, Sílvio de Sálvio. *Direito Civil: contratos em espécie*. Volume 3. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 542.

⁶⁶ QUEIROZ, José Wilson Nogueira de. *Arrendamento Mercantil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p. 66.

As obrigações de cada parte deverão estar devidamente discriminadas no corpo do contrato.⁶⁷ O arrendante deverá garantir ao arrendatário a disponibilidade do bem durante toda a vigência do contrato, não bastando à efetiva entrega do mesmo.⁶⁸ Além disso, inúmeras obrigações são atribuídas ao arrendador, como sintetiza Maria Helena Diniz:

“Adquirir de outrem os bens para serem dados em arrendamento; entregar ao arrendatário, para seu uso e gozo, os bens por ele indicados; vender os bens arrendados, se o arrendatário optar pela compra e pagar o preço residual; (...) receber as coisas de volta, se não houver compra final ou renovação contratual; renovar o contrato, se o arrendatário assim o desejar, mediante a fixação de novo valor para as prestações” (...).⁶⁹

Trata-se de um rol exemplificativo, pois os contratos poderão incluir outras obrigações para as partes.

Assim como o arrendante, o arrendatário dispõe de obrigações e de deveres a serem cumpridos antes, durante e após o fim da relação jurídica obrigacional.⁷⁰ Entre as obrigações pode-se mencionar a obrigatoriedade dos pagamentos dos valores estipulados a título de contraprestações, destinação do uso do bem em conformidade ao estipulado pelo termo contratual, tratar o objeto com acuidade providenciando-se os reparos que vierem a ser necessários, custear os tributos relacionados à sua posse, informar a arrendante os acontecimentos que possam prejudicar a existência do bem.⁷¹

Poderá ser exigida do arrendatário a restituição do objeto do contrato, se optar por não adquirir o bem e também não desejar renovar o contrato.⁷²

Sabendo-se que no contrato de arrendamento a propriedade continua sendo do arrendador, o arrendatário deverá, além de efetivar os pagamentos devidos pelo uso bem, garantir a conservação deste, independentemente do desgaste natural que sofra pelo decorrer do uso.⁷³

⁶⁷ RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 12. ed. Rio de Janeiro:Forense, 2011, p. 1.263.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 1.263

⁶⁹ DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais*. Volume 3. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 730.

⁷⁰ FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. *Os deveres contratuais gerais nas relações civis e de consumo*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 179.

⁷¹ RIZZARDO. *Op. cit.*, p. 1263.

⁷² NEGRÃO, Ricardo. *Manual de Direito Comercial e de Empresa: títulos de crédito e contratos empresariais*. Volume 2. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 400.

⁷³ VENOSA, Sílvio de Sálvio. *Direito Civil: contratos em espécie*. Volume 3. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 546.

Os pagamentos deverão ser efetuados até a última parcela, mesmo que o arrendatário deseje o término precoce do contrato retornando o bem ao proprietário.⁷⁴ A resilição antecipada da relação obrigacional acarretará, portanto, a responsabilidade do arrendatário pelo pagamento de todas as parcelas estipuladas no termo contratual.⁷⁵

Algumas indagações são feitas quando na hipótese de perecimento do objeto arrendado, como esclarece Orlando Gomes:

“O contrato de *leasing* é um contrato-tipo. Suas cláusulas uniformes são ditadas pelo concedente, permitindo, por isso, que o seu conteúdo seja excelente campo de observação. Algumas cláusulas merecem breve análise, a começar pela que é respeitante ao perecimento da coisa arrendada. Quem suporta o risco é o seu utilizador. Em consequência, deve continuar a pagar o aluguel se a coisa perece, ainda que a causa da destruição lhe não seja imputável. Prescinde-se do critério culpa para a determinação de sua responsabilidade. Quanto aos vícios da coisa, a norma é que o concedente não assume a correspondente garantia, salvo se tornam impossível a sua utilização”.⁷⁶

Assim como as obrigações dos arrendantes são listadas exemplificadamente, também são as obrigações dos arrendatários, as quais poderão estar sujeitas a ampliação pela vontade das partes e pelas circunstâncias concretas da relação obrigacional.

Além das obrigações específicas do tipo contratual, existem deveres contratuais gerais, aplicados aos contratos em um todo, que devem ser respeitados pelos contratantes na elaboração do termo contratual e nos comportamentos ao longo da relação jurídica obrigacional. Pablo Malheiros elenca os deveres contratuais gerais como sendo: solidariedade, cooperação, confiança, função social, função ambiental, equivalência material, boa-fé, informação e justiça.⁷⁷

De acordo com o autor:

“Os deveres contratuais gerais são multifacetários, essenciais, conformam a atividade contratual, são mais importantes que a obrigação principal e que o dever principal, não estão atrelados ao adimplemento, mas o vinculam,

⁷⁴ DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais*. Volume 3. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 728.

⁷⁵ NEGRÃO, Ricardo. *Manual de Direito Comercial e de Empresa: títulos de crédito e contratos empresariais*. Volume 2. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 400.

⁷⁶ GOMES, Orlando. *Contratos*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 576.

⁷⁷ FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. *Os Deveres Contratuais Gerais nas Relações Cíveis e de Consumo*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 185.

podem ser demandados autonomamente, detêm eficácia erga omnes e interpartes (...).⁷⁸

Muito mais do que prever a observação rigorosa das cláusulas que o compõe, um contrato deve respeitar os deveres contratuais gerais, permitindo o equilíbrio e a justiça esperada nos enlaces praticados pelos contratantes, coibindo-se práticas que o prejudique com veemência e que o torne um instrumento de dominação econômica.

4. Previsões essenciais para os contratos de *Leasing*

O contrato de *leasing* é um contrato formal, pois exige a forma escrita, seja feito por instrumento público ou privado necessita de algumas especificidades em sua formalização.⁷⁹ Dentre as principais exigências, podemos elencar:

- a) Os bens deverão ser descritos de modo a possibilitar de pronto a sua identificação.⁸⁰

Preceitua Arnaldo Rizzardo:

“Os equipamentos serão especificados em todas as suas particularidades, como o tipo de bem, a marca, a finalidade, o ano de fabricação, a proveniência, a cor, as dimensões, o número da série, e outros dados pertinentes. Esclareça-se que os bens devem ser infungíveis e possuir individualidade própria e não permitam substituições por outros da mesma qualidade e igual quantidade”.⁸¹

- b) Prazo de duração do contrato de arrendamento mercantil.⁸²

A fixação de um prazo para o término é fundamental para que seja viabilizada a opção de compra.⁸³ Geralmente é estipulado prazo variável entre dois a cinco anos, a depender do objeto contratado, entretanto, deverá o prazo ser mais

⁷⁸ FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. *Os Deveres Contratuais Gerais nas Relações Cíveis e de Consumo*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 185.

⁷⁹ FAZZIO JUNIOR, Waldo. *Manual de Direito Comercial*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 472.

⁸⁰ RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 12. ed. Rio de Janeiro:Forense, 2011, p. 1.256.

⁸¹ *Ibidem*, p. 1.256.

⁸² FAZZIO JUNIOR. *Op. cit.*, p. 473.

⁸³ RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2009, p. 63.

curto que a vida econômica do bem.⁸⁴ A opção de compra feita antes do fim do prazo contratual enseja a conversão do contrato em compra e venda a prestação.⁸⁵

c) O valor a ser pago periodicamente e sua fórmula de cálculo, mencionando-se os critérios utilizados para um possível reajuste.⁸⁶

d) De que forma será feito o pagamento.⁸⁷

As prestações levarão em conta o preço de mercado do bem no momento da compra, o risco de deteriorização, bem como a perda de sua utilidade, a duração do contrato e até o lucro idealizado pelo arrendante.⁸⁸

e) Formas para que a arrendatária possa exercer o direito de compra, de renovação da relação obrigacional ou até mesmo de devolução do objeto contratado.⁸⁹

f) Possibilidade de a arrendatária adquirir o bem, especificando-se o preço de compra e a forma de sua fixação.⁹⁰

Feita a opção, a quantia paga em razão do arrendamento irá compor a integralização do preço para a compra, contribuindo para a redução da dívida.⁹¹ Por esse motivo, ao exercer a opção, o arrendatário teria praticamente quitado o valor do bem, restando apenas o valor residual que deverá constar expressamente no contrato.⁹² A preocupação em estabelecer o valor a ser pago ao final do contrato, objetiva dar ciência ao arrendatário sobre o valor a ser desembolsado.⁹³

g) O pagamento de Valor Residual Garantido pela arrendatária durante ou após o término do contrato, não sendo o pagamento considerado exercício de opção de compra.⁹⁴

h) Permissão para reajuste do valor fixado para compra e do Valor Residual Garantido.⁹⁵

⁸⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais*. Volume 3. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 692.

⁸⁵ FAZZIO JUNIOR, Waldo. *Manual de Direito Comercial*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 473.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 473

⁸⁷ RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 1.258.

⁸⁸ NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: contratos*. Volume 3. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 485.

⁸⁹ FAZZIO JUNIOR. *Op. cit.*, p. 473.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 473.

⁹¹ RIZZARDO. *Op. cit.*, p. 1.259.

⁹² *Ibidem*, p. 1258.

⁹³ *Ibidem*, p. 1258.

⁹⁴ FAZZIO JUNIOR. *Op. cit.*, p. 473.

Sobre o valor residual e o Valor Residual Garantido haverá um tópico específico a tratar desses assuntos.

i) Encargos decorrentes do uso do objeto incluindo despesas de assistência e de manutenção.⁹⁶

j) Previsão de possível substituição do objeto contratado quando da ocorrência de fatos que possam danificar o bem. A substituição deverá atender às necessidades do arrendatário e será feita por meio de um aditivo contratual.⁹⁷

k) Outras obrigações estipuladas pela arrendante em virtude do mau uso do equipamento arrendado, seguro que resguarde a sua titularidade propriedade ou até possibilite a cobertura de danos sofridos por terceiros.⁹⁸

l) Possibilidade da arrendante exercer vistorias nos bens contratados pela arrendatária, podendo, inclusive, exigir ações desta para os cuidados efetivos do bem.⁹⁹

m) Responsabilidades da arrendatária quando da ocorrência de inadimplemento absoluto ou relativo, o adimplemento defeituoso, bem como de descumprimentos contratuais gerais que possam ocasionar, por exemplo, o perecimento, o dano ou a inexistência posterior do bem objeto do contrato.¹⁰⁰

n) Possibilidade de a arrendatária conceder seus direitos e obrigações, oriundos do contrato, a outros interessados que não sejam parte no termo contratual originário, se houver concordância da arrendante.¹⁰¹

Os contratos de *leasing* financeiro podem inserir deveres e obrigações às partes, de acordo com a conveniência dos contratantes, bem como, as partes poderão modificar as cláusulas do contrato se assim tiverem interesse.

⁹⁵ FAZZIO JUNIOR, Waldo. *Manual de Direito Comercial*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 473.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 473.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 473.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 473.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 473.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 473.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 473.

5. Causas de extinção da relação obrigacional do *Leasing*

As causas de extinção da relação obrigacional de *leasing* não diferem das causas que acarretam a extinção de outras relações obrigacionais.¹⁰²

Flávio Tartuce sistematiza as formas gerais de extinção da relação jurídica contratual classificando-as como: extinção normal da relação contratual, extinção por fatos anteriores à celebração, extinção por fatos posteriores à celebração e extinção por morte de um dos contratantes.¹⁰³

A extinção normal da relação contratual se deve ao cumprimento da relação obrigacional nos termos em que foi pactuada, assim como pelo decurso do prazo estipulado para validade do contrato, à medida que não houver inadimplemento de nenhuma das partes.¹⁰⁴

No que tange a extinção por fatos anteriores à celebração, infere-se que poderá ocorrer a extinção da relação contratual em razão da presença de nulidades absolutas ou relativas e também em virtude da ocorrência de situações de anulabilidade contratual, todas devidamente discriminadas em lei.¹⁰⁵

Salientamos ainda a extinção decorrente de fatos posteriores à celebração do contrato. Essa modalidade de extinção quando ensejar prejuízos para os contratantes será denominada rescisão contratual. A rescisão é um gênero que implica em duas espécies: a resolução (ocasionada pelo descumprimento da relação obrigacional) e a resilição (consequência da manifestação de vontade unilateral ou bilateral das partes, se devidamente prevista em lei de modo expresso ou tácito como um direito potestativo).¹⁰⁶

A resolução contratual poderá ocorrer por motivo de inexecução voluntária, inexecução involuntária, por cumprimento defeituoso (violação positiva), cláusula resolutiva tácita e por onerosidade excessiva, enquanto a resilição poderá ser pactuada de forma bilateral ou distrato (as partes negociam uma nova forma de

¹⁰² GOMES, Orlando. *Contratos*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 576

¹⁰³ TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie*. Volume 3. 5. ed. São Paulo: Forense, 2010, p. 236.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 236.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 237.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 242.

celebração do contrato) e também de forma unilateral (hipótese que ocorrerá excepcionalmente e pela vontade de apenas um dos contraentes).¹⁰⁷

Por último é determinada a extinção por morte de um dos contratantes, consequência lógica dos contratos de natureza personalíssima ou *intuitu personae*¹⁰⁸, como é o caso do *leasing*, principalmente quando contratado com uma pessoa humana. Apesar dessa previsão, poderá ser estipulada cláusula contrária pelas partes.¹⁰⁹

A extinção da relação obrigacional ocasionada pelo arrendatário enseja na sua responsabilização ou dos seus sucessores, no limite de cada quinhão hereditário recebido, pelo pagamento do valor restante devido fixado no termo contratual.¹¹⁰

Quando do término do prazo estipulado pelo contrato, o arrendatário optará se irá adquirir o bem, devolvê-lo ao arrendante ou até renovar a validade do contrato. Optando pela compra, será aferido o valor a ser pago residualmente. Não se manifestando pela compra, nem pela renovação do contrato, o bem deverá ser devolvido sob pena de caracterizar-se o esbulho possessório.¹¹¹

Carlos Roberto Gonçalves menciona como hipóteses de extinção:

“Pelo inadimplemento de qualquer uma das partes, ou de ambas, com a presença de culpa ou de motivos alheios à vontade dos contratantes, como força maior, incêndio, cassação de autorização de funcionamento pelo governo, concordata ou falência da usuária; (...); pela falência da arrendadora”.¹¹²

No caso da extinção ocasionada por força maior ou caso fortuito, o arrendatário poderá deixar de pagar as multas ou indenizações exigidas pelo arrendante, no entanto, não poderá deixar de pagar as parcelas restantes do cumprimento da obrigação, salvo estipulação em contrário.¹¹³ Prevendo esses

¹⁰⁷ TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie*. Volume 3. 5. ed. São Paulo: Forense, 2010, p. 242.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 254.

¹⁰⁹ VENOSA, Sílvio de Sálvio. *Direito Civil: contratos em espécie*. Volume 3. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 551.

¹¹⁰ GOMES, Orlando. *Contratos*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 576.

¹¹¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais*. Volume 3. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 694.

¹¹² *Ibidem*, p. 693.

¹¹³ DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais*. Volume 3. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 732.

acontecimentos, a arrendante poderá inserir no termo contratual a obrigatoriedade da aquisição de um seguro para o bem arrendado.¹¹⁴

Nos casos em que houver a insolvência ou a falência da arrendatária, o bem deverá retornar à posse direta do arrendador.¹¹⁵

As causas de extinção da relação contratual de *leasing* são apenas exemplificativas, uma vez que podem vir a existir outras.¹¹⁶

6. Vantagens e desvantagens proporcionadas pelo *Leasing*

As vantagens do *leasing* são inúmeras, pois o instituto viabiliza às sociedades empresárias o acesso a maquinários contemporâneos e de alto custo, com baixo uso de capital.

Favorece a substituição dos bens quando se tornam inadequados para o uso e também proporciona incentivos fiscais às partes do contrato.¹¹⁷ Ao final, o arrendatário obterá: financiamento de todo o custo do bem, sem que tenha que desembolsar suas reservas financeiras, utilização do valor que seria gasto na aquisição do objeto com suas próprias atividades, possibilitando até o pagamento do arrendante com os frutos do bem. O *leasing*, então, proporcionará a não utilização de grande montante do capital da sociedade empresária, baixos custos para os maquinários, financiamento integral do objeto do arrendamento, viabilidade de adquiri-lo ao final do contrato, deduzindo-se do valor total, a quantia já paga.¹¹⁸

Suas vantagens são reconhecidas por diversos doutrinadores, Arnold Wald elenca recomendações para o uso do contrato:

“a) uma nova empresa, com grande desenvolvimento tecnológico que lhe dê boa rentabilidade, não tem capital suficiente para desenvolver sua atividade ou prefere utilizar para esse fim o seu capital de giro; b) uma empresa deve equipar-se de modo especial para atender a um contrato de grandes

¹¹⁴ LISBOA, Roberto Senise. *Manual de Direito Civil: contratos e declarações unilaterais*. Volume 3. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 431.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 431.

¹¹⁶ RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p.164.

¹¹⁷ VENOSA, Sílvio de Sálvio. *Direito Civil: contratos em espécie*. Volume 3. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 543.

¹¹⁸ DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais*. Volume 3. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 725.

dimensões, cujo lucro cobrirá o encargo das prestações locativas; c) a empresa ou determinado filial já utilizou todo o seu orçamento anual de investimento e tem necessidade de completar seu programa de equipamento; d) uma pequena ou média empresa pretende substituir material corrente, tendo dificuldade em atender às exigências da administração para a concessão de financiamento pelos órgãos especializados; e) uma empresa se vê diante da necessidade de se expandir, de se mudar ou de se descentralizar, abrindo novos campos de atividade em curto prazo, sem ter fundos próprios ou crédito bancário para atender à situação criada”.¹¹⁹

Por todos os favorecimentos, o contrato se torna vantajoso para ambas as partes, para o arrendante, pois continua com a titularidade proprietária do bem, resguardando-se de imprevistos financeiros que leve o arrendatário à insolvência ou à falência. Para o arrendatário, pelo fato de viabilizar-lhe o uso do bem sem imobilização de capital.¹²⁰

Além das vantagens percorridas, o *leasing* proporciona benefícios de ordem contábil e fiscal, que amenizam o lucro tributável,¹²¹ conforme reflexão de Maria Helena Diniz:

“Se uma empresa comprar equipamentos a prazo, a quantia paga mensalmente não poderá ser deduzida da renda bruta para apuração do lucro tributável pelo imposto de renda. Todavia, o *quantum* pago como aluguel poderá ser lançado como despesa, o que diminuirá o lucro, e, por via de consequência, levará ao pagamento de menor imposto de renda”.¹²²

Isso ocorre porque enquanto na vigência do contrato o bem fará parte do ativo da sociedade empresária arrendante que é a sua proprietária. Em consequência, o bem não causará interferência no cálculo do imposto de renda da arrendatária¹²³.

Finalmente, o *leasing* concede ao arrendatário a faculdade de devolver o objeto arrendado, após o término do prazo do contrato. Não tendo o arrendatário responsabilidade por sua venda, poderá renovar o contrato quantas vezes desejar e

¹¹⁹ WALD, Arnaldo, *apud* DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais*. Volume 3. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 725.

¹²⁰ GOMES, Orlando. *Contratos*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 572.

¹²¹ QUEIROZ, José Wilson Nogueira de. *Arrendamento Mercantil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p. 66.

¹²² DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais*. Volume 3. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 725.

¹²³ PEDROTTI, Irineu Antonio. *Arrendamento Mercantil (leasing) e Alienação Fiduciária: Anotações, Exemplos, Legislação e Jurisprudência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000, p. 8.

ainda adquirir o bem, também ao final do contrato, pagando-se o preço residual estipulado.¹²⁴

Evidentemente, as inúmeras vantagens não são exaustivamente abordadas neste tópico.

Muito embora possa ser considerado, por muitos, um instituto de considerável êxito para a resolução de insuficiências na produtividade da sociedade empresária, o *leasing* não é uma cura para todas as intercorrências do cotidiano dos empresários, e, por esse motivo, deve ser utilizado analisando-se o contexto no qual está inserida a empresa e a sociedade empresária, pois para algumas circunstâncias o instituto não é adequado muito menos indicado.¹²⁵

Arnaldo Rizzardo retrata algumas situações em que o tipo contratual pode ensejar transtornos para o arrendatário:

“O *leasing* pode levar a uma situação econômica insuportável. Se o equipamento, a certa altura, não oferece mais utilidade a arrendatária, os pagamentos entram no passivo da firma, classificando-se como perdas, com reflexos negativos na sua realidade econômica. Cumpre que o bem desenvolva alta rentabilidade a fim de assegurar as amortizações e a elevada onerosidade do sistema, superior às demais formas de obtenção de crédito”.¹²⁶

Ainda sobre as desvantagens, o *leasing* é um contrato que deve ser utilizado por países com alto montante de capital e não por países que sofrem com a ausência de recursos monetários. A adoção do *leasing* por esses últimos acaba ensejando: a obtenção do bem arrendado a juros maiores; redução do crédito em virtude da escassez de garantias ofertadas às arrendantes; o considerável endividamento das sociedades empresárias que fazem uso do contrato, incluindo o fato de terem o crédito reduzido em razão da menor quantidade de bens consolidando o seu ativo; finalmente, destaca-se que o custo do contrato para os arrendatários será transpassado pela sociedade empresária ao consumidor por meio dos preços de seus produtos.¹²⁷

Novamente, salienta-se que as desvantagens são apresentadas a título de exemplo, podendo haver outras em cada caso concreto.

¹²⁴ RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 150.

¹²⁵ ALMIRO, Afonso *apud* QUEIROZ, José Wilson Nogueira de. *Arrendamento Mercantil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983, p. 17.

¹²⁶ RIZZARDO, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 154.

¹²⁷ BULGARELLI, Waldirio. *Contratos Mercantis*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 379.

7. Valor residual x Valor Residual Garantido

Os termos “valor residual” e “Valor Residual Garantido” são termos típicos da espécie contratual em epígrafe, mas tanto doutrina quanto a jurisprudência muitas vezes oscilam o seu entendimento quanto a real natureza desses.

O **valor residual** é um valor estipulado nos contratos de *leasing* financeiro¹²⁸ para pagamento do arrendatário, quando tenha exercido o seu direito de compra do bem contratado. Esse valor residual deverá reduzido, já que neste tipo de contrato as parcelas pagas durante toda a vigência do termo já deveriam incluir a recuperação do investimento pela arrendadora¹²⁹ e o custo despendido para aquisição do bem.¹³⁰ Assim, o valor residual será estimado deduzindo-se os valores pagos¹³¹, ou seja, o que restar para completar o “preço de aquisição” do bem será o valor residual a ser pago pelo arrendatário.

A quantia a ser paga a título de valor residual deverá constar expressamente no contrato, proporcionando transparência para as partes. A exigência, portanto, possibilita maior conscientização do arrendatário dos valores desembolsados para efetivamente adquirir o bem.¹³²

Apesar da similaridade dos termos, valor residual e Valor Residual Garantido (VRG) não se confundem. Enquanto o valor residual é uma garantia para o arrendatário do valor que será pago para a aquisição do bem, o **Valor Residual Garantido** assegura ao arrendador uma quantia mínima a ser recebida até o final do contrato¹³³, conforme esclarecido pela doutrina de Jorge C. Cardoso:

“O VRG (valor residual garantido) é, portanto, uma obrigação assumida pelo arrendatário, quando da contratação do arrendamento mercantil, no sentido de garantir que o arrendador receba, ao final do contrato, a quantia mínima final de liquidação do negócio, em caso de o arrendatário optar por não

¹²⁸ VENOSA, Sílvio de Sálvio. *Direito Civil: contratos em espécie*. Volume 3. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 546.

¹²⁹ MALUF, Carlos Alberto Dabus; Monteiro, Washington de Barros; Silva, Regina Beatriz Tavares da. *Curso de Direito Civil: Direito das Obrigações*. Volume 5, 2 parte. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 463.

¹³⁰ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais*. Volume 3. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 692.

¹³¹ GOMES, Orlando. *Contratos*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 572.

¹³² RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 73.

¹³³ *Ibidem*, p. 74.

exercer seu direito de compra e, também, não desejar que o contrato seja prorrogado”.¹³⁴

Diversos doutrinadores criticam a cobrança do Valor Residual Garantido pelo instituto não estar previsto na Lei nº. 6.099/1974 e tampouco na Lei nº. 7.132/1983. Sua existência partiu da Resolução nº. 980/1984, a qual foi revogada pela Resolução nº. 2.309/1996, atualmente em vigor, consubstanciando uma verdadeira inovação ao conteúdo estabelecido pela Lei que rege os contratos. Para esses doutrinadores essa nova obrigação em desfavor do arrendatário jamais poderia ser inclusa no ordenamento senão por lei ordinária.¹³⁵

Sobre o Valor Residual Garantido, a Portaria MF 564/1978 conceituou-o da seguinte forma:

“Preço contratualmente estipulado para exercício da opção de compra, ou valor contratualmente garantido pela arrendatária como mínimo que será recebido pela arrendadora na venda a terceiros do bem arrendado, na hipótese de não ser exercida a opção de compra.”¹³⁶

A partir da definição da Portaria MF 564/1978, muitos contratos utilizam os termos valor residual e Valor Residual Garantido como sinônimos, assim como a própria jurisprudência dos tribunais.¹³⁷ Por esse motivo, em muitos julgados apresentados no terceiro capítulo desta monografia deverá ser feita tal reflexão.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) há muito discute se a cobrança antecipada do valor residual, ou concomitante com as prestações do contrato descaracterizaria o contrato de *leasing*, sobre a justificativa de que isto ensejaria a obrigatoriedade da opção de compra por parte do arrendatário.¹³⁸

Pelo Enunciado da Súmula 263 do Superior Tribunal de Justiça, o instituto da opção de compra só estaria protegido se o Valor Residual Garantido fosse cobrado ao término do contrato e não embutido nas parcelas.¹³⁹

¹³⁴ CARDOSO, Jorge G. *apud* RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 74.

¹³⁵ RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 75.

¹³⁶ BRASIL. Ministério da Fazenda. *Portaria MF nº. 564/78*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=RESOLUCAO+564+%2F78%2C+DO+BACEN&s=jurisprudencia>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

¹³⁷ BOITEUX, Fernando Netto. *Contratos Mercantis*. São Paulo: Dialética, 2001, p. 135.

¹³⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *AgRg nos EREsp n. 230.239*. Relatora: Ministra Nancy Andriahi. 23 mai. 2001. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 1 out. 2012.

¹³⁹ BRASIL. Superior Tribunal Justiça. *Súmula 263*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1408550/sumula-263-stj>>. Acesso em: 1 out. 2012.

O STJ, todavia, reformulou o seu entendimento e editou o Enunciado da Súmula 293, com isso, garantiu a possibilidade da cobrança antecipada do Valor Residual Garantido, sem que se prejudique o exercício da opção de compra ou se desconfigure o contrato de *leasing*.¹⁴⁰ De acordo com o referido entendimento, prevaleceu que as partes possuem liberdade para convencionar em seus contratos, conforme princípios, valores e regras que regem o direito privado¹⁴¹ restando, por isso, viabilizada a cobrança antecipada deste valor.¹⁴²

Nos contratos de *leasing* é comum que se somem às parcelas do contrato os valores correspondentes à aquisição do bem, tornando-os uma parcela única¹⁴³. Esclarece Arnaldo Rizzardo:

“Os contratos, não raramente, dividem as prestações em dois itens: um correspondente à amortização do preço, acrescido dos encargos ou remunerações, e das despesas; outro envolvendo o valor contratado para opção de compra”.¹⁴⁴

A partir do momento que o arrendatário opta pela compra do bem, os valores pagos pelo uso integrarão o valor cobrado para aquisição do bem amortizando-se parcialmente o saldo devido.¹⁴⁵

A mescla de valores pagos pelo arrendatário nas parcelas do contrato ocasionará a análise sobre quais valores são devidos pelo arrendatário ao arrendador e quais são cobrados ilegítimamente pelo arrendante, discussão que embasou o título escolhido para esta monografia e que será devidamente debatida no terceiro capítulo desta obra.

¹⁴⁰ BRASIL. Superior Tribunal Justiça. *Súmula 263*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1408550/sumula-263-stj>>. Acesso em: 1 out. 2012.

¹⁴¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Corte Especial. *EREsp 213.828*. Relator: Milton Luiz Pereira. 7 maio 2003. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 1 out. 2012.

¹⁴² NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: contratos*. Volume 3. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 484.

¹⁴³ RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 72.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 72.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 73.

CAPÍTULO 2

1. Do sentido de relação de consumo

A doutrina brasileira há muito vem enfrentando problemas relacionados à conceituação do signifiicante consumidor. Isso se deve à amplitude de sujeitos expressamente considerados consumidores pela Lei nº. 8.078/1990, popularmente conhecida como o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e, também, pela dificuldade em se delimitar, nos casos concretos, aqueles que efetivamente se enquadram nas determinações legais. Sobre a primeira dificuldade, Cláudia Lima Marques destaca:

“A complexidade do sistema do CDC inicia justamente pela definição do sujeito a proteger, o consumidor, que não é definido em apenas um artigo, mas em quatro dispositivos diferentes [...] e não é definido apenas sob a ótica individual, como sujeito de direitos individuais, mas também sob a ótica meta ou transindividual ou de grupo”.¹⁴⁶

A definição de consumidor no art. 2º do CDC prevê: “Consumidor é a pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza bens ou serviços como destinatário final”.¹⁴⁷ Esse consumidor é denominado pela doutrina de consumidor *standard* ou *stricto sensu*.¹⁴⁸

Além do consumidor padrão previsto no *caput* do art. 2º do CDC, assinalado anteriormente, existem as figuras previstas no parágrafo único¹⁴⁹ deste mesmo artigo e ainda nos arts. 17¹⁵⁰ e 29¹⁵¹ do CDC, os quais contemplam sujeitos considerados pelo ordenamento consumerista equiparados a consumidores, para efeito da tutela legal. Esse grupo será denominado consumidor *lato sensu*. Consoante Marcos Jorge Catalan e Pablo Malheiros em artigo publicado:

“Várias são as modalidades de consumidores equiparados. A primeira consiste na coletividade, mesmo que indeterminável (crianças, idosos, a

¹⁴⁶ BENJAMIM, Antônio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Claudia Lima. *Manual de Direito do Consumidor*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 83.

¹⁴⁷ BRASIL. *Lei nº. 8.078 de 11.09.1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 13 nov. 2012.

¹⁴⁸ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 54.

¹⁴⁹ BRASIL. *Lei nº. 8.078 de 11.09.1990*. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 13 nov. 2012.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ *Ibidem*.

massa falida, o condomínio, todos os consumidores de um determinado bem e/ou serviço etc. que consomem bens e /ou serviços adquiridos pelo consumidor *standard*). Uma segunda espécie é o consumidor *bystander*, vítima do acidente de consumo – ex. queda do teto do *Shopping Center* em Osasco. A terceira hipótese é a do consumidor por equiparação no âmbito das práticas empresariais e contratuais, aquele que está exposto abstratamente à publicidade, à oferta, às cláusulas gerais e às práticas contratuais abusivas em que a vulnerabilidade é sempre verificada *in concreto*, cuja tutela é coletiva ou individual, desde que haja vulnerabilidade presente na relação.”¹⁵²

Percebe-se que o consumidor pode ser não somente o indivíduo diretamente ligado à relação de consumo, mas também terceiros que por uma razão ou outra, expressamente mencionada pelo CDC, se tornem aptos a receber a proteção legal.¹⁵³ Em que pese a diversidade de consumidores estabelecidos pela Lei nº. 8.078/1990, esta monografia se limitará ao estudo do consumidor *stricto sensu* abordado no caput do art. 2º do CDC por considerar esta categoria possuidora de maior vinculação concreta ao tema discutido neste trabalho.

Voltando aos termos do *caput* do art. 2º da Lei nº. 8.078/1990 verifica-se a existência de três elementos para a composição do consumidor padrão: o elemento subjetivo que se limita a pessoa física ou jurídica, agente da relação de consumo; o elemento objetivo que implica na aquisição do serviço ou produto pretendido; e por fim, o terceiro elemento denominado elemento teleológico que faz referência à finalidade almejada pelo sujeito com a aquisição do objeto da relação de consumo.¹⁵⁴ No que concerne ao segundo elemento, o CDC considera consumidor tanto quem obtém o objeto, assim entendido o produto ou o serviço adquirido, como também o indivíduo que apenas fez uso desses, mencionando-se como exemplo a situação fática na qual o indivíduo adquire cervejas para um evento festivo. Nesse caso, todos os convidados que degustarem-na se tornam consumidores.¹⁵⁵

A grande discussão gira em torno do terceiro elemento da relação de consumo, qual seja, a finalidade da aquisição, requisito expresso na lei em epígrafe pela expressão destinatário final.¹⁵⁶ Para se atingir ao conceito de consumidor

¹⁵² CATALAN, Marcos Jorge; FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. A pessoa jurídica consumidora duas décadas depois do advento do código de defesa do consumidor. *Revista brasileira de Direito Civil Constitucional e Relações de Consumo*. V. 1, p. 145 - 180, 2009.

¹⁵³ ALMEIDA, João Batista. *Manual de Direito do Consumidor*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 61.

¹⁵⁴ GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do Consumidor: código comentado, jurisprudência, doutrina*, Decreto n. 2.181/1997. 7. ed. Niterói: Impetus, 2011, p. 12.

¹⁵⁵ NUNES, Luis Antonio Rizzato. *Curso de Direito do consumidor*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 73.

¹⁵⁶ GARCIA. *Op. cit.*, p. 12.

deverá haver uma minuciosa interpretação da expressão assinalada¹⁵⁷ e, em consequência disto, uma flexibilização ou restrição do referido conceito¹⁵⁸. O destinatário final seria o consumidor final do produto que encerra a cadeia de produção.¹⁵⁹ Evidentemente o uso da expressão destinatário final para delimitar as figuras enquadradas como consumidoras ensejou divergências doutrinárias quanto ao alcance da proteção legal¹⁶⁰. Percebe-se que essa simples definição não esclarece se os adquirentes de “produtos” para fins profissionais também estão incluídos entre os possíveis consumidores¹⁶¹. Para isso, mencionamos a doutrina de Cláudia Lima Marques:

“Destinatário final é aquele *destinatário fático e econômico* do bem ou serviço, seja ele pessoa jurídica ou física. Logo, segundo esta interpretação *teleológica*, não basta ser destinatário fático do produto, retirá-lo da cadeia de produção, levá-lo para o escritório ou residência – é necessário ser destinatário final econômico do bem, não adquiri-lo para revenda, não adquiri-lo para uso profissional, pois o bem seria novamente um instrumento de produção cujo preço será incluído no preço final do profissional que o adquiriu. Neste caso não haveria a exigida “destinação final” do produto ou do serviço. Parece-me que destinatário final é aquele *destinatário fático e econômico* do bem ou serviço, seja ele pessoa jurídica ou física. O destinatário final é o consumidor final, o que retira o bem do mercado *ao adquiri-lo ou simplesmente utilizá-lo (destinatário final fático)*, aquele que coloca um fim na cadeia de produção (*destinatário final econômico*), e não aquele que utiliza o bem para continuar a produzir, pois ele não é o consumidor final, ele está transformando o bem, utilizando o bem, incluindo o serviço contratado no seu, para oferecê-lo por sua vez ao seu cliente, seu consumidor, utilizando-o no seu serviço de construção, nos seus cálculos de preço, como insumos da sua produção.”¹⁶²

Diversas teorias surgiram com o intuito de determinar a abrangência do sentido de consumidor *strictu sensu*. Marcos Jorge Catalan e Pablo Malheiros citam a existência de sete teorias formadas pela doutrina, as quais sejam: mercados; segmento econômico; insumo jurídico; fundo de comércio; maximalista ou objetiva; finalista ou subjetiva e causa final e ainda uma idealizada pela jurisprudência que

¹⁵⁷ BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima; Miragem, Bruno. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 71.

¹⁵⁸ GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do Consumidor: código comentado, jurisprudência, doutrina*, Decreto n. 2.181/1997. 7. ed. Niterói: Impetus, 2011, p. 13.

¹⁵⁹ BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima; Miragem, Bruno. *Op. cit.*, p. 71.

¹⁶⁰ CARVALHO, José Carlos Maldonado de. *Direito do Consumidor: Fundamentos doutrinários e visão jurisprudencial*. Rio de Janeiro: Destaque, 2002, p. 15.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 15.

¹⁶² BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima; Miragem, Bruno. *Op. cit.*, p. 71.

ficou conhecida como finalismo aprofundado.¹⁶³ No mesmo trabalho, os autores propõem uma nova teoria denominada *teoria conglobante*.¹⁶⁴

Em que pese à existência das nove teorias, este trabalho se limitará ao estudo das teorias finalista, maximalista e ao finalismo aprofundado, haja vista estarem presentes em maior proporção nas jurisprudências atuais dos tribunais. As teorias foram criadas com o intuito de se delimitar a abrangência da expressão destinatário final e por fim chegar a um consenso quanto aos consumidores que assim serão considerados.¹⁶⁵

Para a doutrina seguidora da teoria finalista, a interpretação da expressão destinatário final deve ocorrer de forma restritiva. A tutela consumerista só deve prevalecer se houver a vulnerabilidade nas relações contratuais.¹⁶⁶ De acordo com essa interpretação não basta o adquirente ser destinatário fático do produto, retirar o bem do mercado, é necessário ser também o destinatário econômico, não fazer uso com finalidades profissionais tornando-o insumos para a atividade econômica.¹⁶⁷

Já para os seguidores da teoria maximalista, o CDC é uma nova normatização para as relações de consumo brasileiras, podendo incluir as relações entre profissionais de um determinado ramo. O CDC proporcionaria regras gerais e princípios para todos os sujeitos da relação contratual de consumo sejam eles fornecedores, sejam consumidores. Destinatário final, portanto, seria o destinatário fático do produto, independentemente da finalidade da aquisição ou da presença da vulnerabilidade do assim considerado “consumidor”.¹⁶⁸

Com a égide do Código Civil de 2002 (CC) a teoria maximalista teve reduzida a quantidade de seus seguidores e uma nova teoria foi desenvolvida pelo STJ, que foi denominada *finalismo aprofundado*. Este contemporâneo seguimento dos tribunais conseguiu unir em um mesmo conceito de consumidor tanto o

¹⁶³ CATALAN, Marcos Jorge; FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. A pessoa jurídica consumidora duas décadas depois do advento do código de defesa do consumidor. *Revista brasileira de Direito Civil Constitucional e Relações de Consumo*. V. 1, p. 145 - 180, 2009.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁵ GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do Consumidor: código comentado, jurisprudência, doutrina*, Decreto n. 2.181/1997. 7. ed. Niterói: Impetus, 2011, p. 13.

¹⁶⁶ BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Cláudia Lima. *Manual de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 70.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 71.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 71.

consumidor tido por imediato ou final, quanto aquele portador de determinada vulnerabilidade.¹⁶⁹

Essa concepção de consumidor partiu da teoria finalista, mas tornou-se mais analítica e abrangente que a primeira. De acordo com o finalismo aprofundado:

“Em casos difíceis envolvendo pequenas empresas que utilizam insumos para a sua produção, mas não em sua área de expertise ou com uma utilização mista, principalmente na área dos serviços, provada a vulnerabilidade, conclui-se pela destinação final de consumo prevalente. Esta nova linha, em especial do STJ, tem utilizado, sob o critério finalista e subjetivo, expressamente a equiparação do art. 29 de CDC, em se tratando de pessoa jurídica que comprove ser vulnerável e atue fora do âmbito de sua especialidade, como hotel que compra gás. [...] O conceito-chave aqui é o de vulnerabilidade.”¹⁷⁰

A jurisprudência do STJ atualmente segue o finalismo aprofundado ou, como também pode ser chamado, finalismo mitigado ou atenuado no qual o CDC poderá ser aplicado a certos grupos de consumidores que atuem profissionalmente, inclusive quando pessoas jurídicas, desde que seja demonstrada a vulnerabilidade nesta relação contratual, seja ela técnica, jurídica ou econômica, de acordo com o que se apresentará em cada situação fática.¹⁷¹

Significativa parte da doutrina nacional reconhece a existência de quatro tipos de vulnerabilidades: técnica, jurídica, fática e informacional.¹⁷² A vulnerabilidade técnica ocorre quando o adquirente do produto ou serviço não possui conhecimentos técnicos desses e, por esse motivo, pode ser ludibriado pelo fornecedor no que concerne a sua utilidade, funcionamento ou características. Para os consumidores que não atuam profissionalmente esta vulnerabilidade é presumida, mas pode também ser reconhecida aos consumidores profissionais, se restar comprovada nos autos processuais.¹⁷³

A vulnerabilidade jurídica ou científica é definida por Sérgio Cavalieri:

“Resulta da falta de informação do consumidor a respeito dos seus direitos, inclusive no que respeita a quem recorrer ou reclamar; a falta de assistência jurídica, em juízo ou fora dele; a dificuldade de acesso à Justiça; a impossibilidade de aguardar a demorada e longa tramitação de um processo judicial que, por deturpação de princípios processuais legítimos,

¹⁶⁹ BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Cláudia Lima. *Manual de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 72.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 73.

¹⁷¹ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 60.

¹⁷² BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Cláudia Lima. *Op. cit.*, p.73.

¹⁷³ *Ibidem*, p.74.

culmina por conferir privilegiada situação aos réus, mormente os chamados litigantes habituais.”¹⁷⁴

O reconhecimento da existência dessa vulnerabilidade busca trazer equilíbrio para a relação de consumo proporcionando a pessoa humana ou jurídica ser regida pelo CDC e, assim, usufruir das benesses do regramento para os consumidores por ele considerados.

No que tange a vulnerabilidade fática ou socioeconômica, esta tem como referência a figura do fornecedor, tanto em razão de deter o monopólio do produto ou serviço, quanto pelo poder econômico que possui e até pela característica essencial de sua atividade, o qual vivera uma situação privilegiada e discrepante em relação ao consumidor contratante.¹⁷⁵

Insta diferenciar esse tipo vulnerabilidade da hipossuficiência (econômica). Enquanto a primeira abarca todos os consumidores, sem que existam distinções, a segunda é característica pessoal de alguns consumidores que assim possam ser considerados.¹⁷⁶ Mais ainda, a vulnerabilidade é instituto de direito material, havendo presunção absoluta em favor do consumidor, por outro lado, a hipossuficiência é instituto de direito processual, possuindo presunção relativa.¹⁷⁷

Finalmente, tratemos da vulnerabilidade informacional, característica tão marcante do consumidor. O intenso déficit informacional dessa figura jurídica proporciona grande desequilíbrio na relação de consumo. Atualmente podemos dizer que os grandes detentores de informações são os fornecedores e a presunção da vulnerabilidade informacional dos consumidores enseja justamente na obrigatoriedade de serem informados de todos os aspectos relevantes em torno do produto adquirido (como é o caso de produtos perigosos, medicamentos, por exemplo), que possam diretamente ou indiretamente afetá-lo ou até prejudicá-lo.¹⁷⁸

Apresentadas as espécies mais comuns de vulnerabilidade, é importante ressaltar que em relações interempresariais a comprovação da existência de vulnerabilidade deverá ocorrer por parte do empresário aderente a relação

¹⁷⁴ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 60.

¹⁷⁵ BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Cláudia Lima. *Manual de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 75.

¹⁷⁶ KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. *Direito do Consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 35.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p.35.

¹⁷⁸ BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Cláudia Lima. *Op. cit.*, p.77.

contratual, havendo com isso explícita inversão do ônus da prova, contrariamente ao que ocorre quanto aos consumidores “não profissionais”, já que nesse caso, a vulnerabilidade presume-se.¹⁷⁹

Sabendo-se que o CDC foi o meio encontrado para proteger partes de uma determinada relação jurídica de consumo que se encontrem em situação de vulnerabilidade, essa proteção deverá destinar-se a todos aqueles que em determinadas circunstâncias se apresentem vulneráveis, mesmo que não se enquadrem tecnicamente como “consumidores”¹⁸⁰. É o que percebemos em relações negociais entre, por exemplo, duas pessoas jurídicas. Independentemente da destinação dos produtos ou serviços adquiridos, a parte adquirente poderá ser considerada consumidora apenas por demonstrar-se vulnerável na relação jurídica em tela.

Na relação de consumo existe ainda a figura do fornecedor. O art. 3º do CDC especifica as figuras enquadradas como fornecedoras:

“Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestações de serviços”.¹⁸¹

Entre os serviços passíveis de aplicação do CDC então incluídas atividades como as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, de acordo com o §2 do mencionado art.¹⁸² Atualmente, existe ainda a figura do fornecedor equiparado, o qual exerce atividades não diretamente previstas no art. 3º. do CDC, mas que, no entanto, atraem a incidência do estatuto. Como exemplo mencionam-se os serviços de cobranças de dívidas, atividades publicitárias, e outros.¹⁸³

¹⁷⁹ COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial: direito de empresa*. Volume 3. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 191.

¹⁸⁰ FIUZA, César; ROBERTO, Giordano Bruno Soares. *Contratos de adesão*: De acordo com o Novo Código Civil. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002, p. 133.

¹⁸¹ BRASIL. *Lei nº. 8.078 de 11.09.1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em 13 nov. 2012.

¹⁸² MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 393.

¹⁸³ CATALAN, Marcos Jorge; FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. A pessoa jurídica consumidora duas décadas depois do advento do código de defesa do consumidor. *Revista brasileira de Direito Civil Constitucional e Relações de Consumo*. V. 1, p. 145 - 180, 2009.

O fornecedor pode ainda exercer suas atividades de forma mediata ou imediata, sendo a primeira, quando participa do ciclo de produção sem a prévia celebração de contrato com o consumidor destinatário do serviço ou produto, e a segunda, quando participa diretamente do fornecimento, inclusive por meio de representantes.¹⁸⁴

Para que se possa considerar fornecedor, há a necessidade de preenchimento dos requisitos de profissionalidade e de habitualidade das atividades executadas. Ambos devem ocorrer de forma simultânea.¹⁸⁵ Como sintetiza Paulo Roberto Roque:

“Fornecedor é aquele que oferece ao mercado, habitualmente, bens e serviços visando ao lucro, que participa da cadeia produtiva, ou pratica alguns atos dentro desta cadeia, seja produzindo diretamente, ou distribuindo, ou simplesmente intermediando o fornecimento de bens e serviços.”¹⁸⁶

Rizzatto Nunes lembra que “será possível que a relação de venda de um produto, ainda que feita por um comerciante, não implique estar-se diante de uma relação de consumo regulada pelo CDC”.¹⁸⁷ Cita como exemplo uma loja de roupas vendendo o próprio computador para que possa utilizar o montante recebido na compra de um novo. Dessa forma, mesmo que o adquirente do objeto seja o “destinatário final”, não se configurará uma relação de consumo porque a loja não detém a qualidade de fornecedora, um dos requisitos objetivos para a relação consumerista.¹⁸⁸

2. Da aplicação do CDC aos contratos de *Leasing*

Quando de seu surgimento, o *leasing* era um contrato celebrado tipicamente entre sociedades empresárias, no entanto, o instituto passou a ser

¹⁸⁴ CATALAN, Marcos Jorge; FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. A pessoa jurídica consumidora duas décadas depois do advento do código de defesa do consumidor. *Revista brasileira de Direito Civil Constitucional e Relações de Consumo*. V. 1, p. 145 - 180, 2009.

¹⁸⁵ KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. *Direito do Consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 56.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p.56.

¹⁸⁷ NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. *Curso de direito do Consumidor*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 87.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 87.

utilizado tanto por pessoas humanas quanto por pessoas jurídicas.¹⁸⁹ Inicialmente, os arrendatários pessoas humanas só poderiam fazer uso do *leasing* para a contratação de bens destinados a sua atividade econômica, mas com o advento da Resolução nº. 2.309/1996 restou possibilitada a contratação do *leasing* por pessoas humanas e jurídicas sem que houvesse restrições a destinação do objeto.¹⁹⁰ Roberto Freitas Filho descreve o fenômeno da inserção do *leasing* nas relações de pessoas humanas:

“Ocorre que, na década de noventa, houve um expressivo crescimento dos contratos de *leasing*, especialmente como uma forma de a classe média ter acesso a automóveis novos. Houve, portanto, a utilização do *leasing* como uma forma de financiamento.”¹⁹¹

O contrato ganhou grande repercussão nas relações negociais brasileiras. É considerado um típico contrato de adesão, conforme mencionado no primeiro capítulo desta monografia, mas no que cerne a aplicação do CDC às relações jurídicas formadas a partir da celebração do contrato de *leasing*, existem opiniões divergentes.¹⁹²

Pode-se dizer que somente se verificará uma relação de consumo, quando da ocorrência da celebração do contrato de *leasing*, se restar demonstrada a presença do consumidor, do fornecedor, assim como o produto ou serviço objeto do contrato.¹⁹³ Os entendimentos favoráveis à aplicabilidade do CDC à espécie contratual vislumbram na figura do arrendatário a personificação do consumidor final enquanto o arrendante representaria o fornecedor da relação de consumo.

Rodolfo de Camargo Mancuso sintetiza alguns dos argumentos dos doutrinadores que se opõem a aplicação do CDC ao contrato de *leasing*:

“a) que o *consumidor* vem a ser o *destinatário final* de um produto ou serviço, o que, por definição, excluiria a figura do *arrendatário*, na medida em que este se vale do bem, objeto do *leasing* (um equipamento, um imóvel, um veículo automotor), para *através dele*, produzir uma utilidade ou atender uma necessidade de terceiro (o usuário, o beneficiário) este sim enquadrável na noção de *destinatário final*); b) que o arrendamento mercantil, mormente o de caráter financeiro, constitui atividade controlada e disciplinada pelo Estado, através de seus órgãos especializados, como o

¹⁸⁹ FREITAS FILHO, Roberto. *Intervenção judicial nos contratos e aplicação dos princípios e das cláusulas gerais: o caso do leasing*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2009, p. 63.

¹⁹⁰ RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 147.

¹⁹¹ FREITAS FILHO, Roberto. *Op. cit.*, p. 64.

¹⁹² VANTI, Silvia. *Leasing: aspectos controvertidos do arrendamento mercantil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

¹⁹³ RIZZARDO, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 147.

Banco Central, o Conselho Monetário Nacional (...), o que eliminaria o livre consensualismo próprio das relações de consumo; c) enfim, que o *leasing*, a rigor, não tem por objeto um *serviço*, nem, propriamente, resulta num produto, senão que, basicamente, se resolve numa *cessão do uso* de um bem, cujas especificações são indicadas pelo próprio candidato ao arrendamento. Numa palavra o *leasing* se ofereceria sobretudo com uma *técnica*, disponibilizada ao empresário que precisa instrumentar-se ou aperfeiçoar seus bens de produção, a fim de atender ao crescimento ou às novas exigências do mercado, sem comprometimento ou imobilização de seu capital de giro (...).¹⁹⁴

Apesar desse entendimento, parte da doutrina do Direito Comercial considera viável a aplicação do CDC aos contratos mercantis conforme se verifica em Fábio Ulhoa Coelho. De acordo com o doutrinador, se a proteção legal dos consumidores fundamenta-se na existência de situação vulnerável por uma das partes, na relação contratual em que participe qualquer pessoa humana ou jurídica em assente situação de vulnerabilidade, poderá, portanto, gozar da proteção legal.¹⁹⁵ O autor ainda enfatiza:

“A subsunção à tutela contratual da legislação consumerista independe da forma específica do contrato. (...) Não existem em outros termos, tipos específicos de negócios que sempre se caracterizem como contrato de consumo. Dependerá tal caracterização, como se notou, da qualidade dos sujeitos contratantes.”¹⁹⁶

A grande inserção do instituto do *leasing* no mercado brasileiro de consumo inviabiliza a não aplicação do CDC aos contratos. Apesar da denominação adotada pela legislação brasileira “arrendamento mercantil”, o contrato tem sido utilizado em relações típicas de consumo, especialmente por pessoas humanas, para aquisição de equipamentos eletrônicos e, principalmente, de automóveis. Para que se possa verificar a incidência do CDC nas relações em que figurem pessoas jurídicas, fundamental é a percepção da vulnerabilidade *in concreto* naquela em que se afirma consumidora.¹⁹⁷

Apesar das considerações mencionadas neste tópico, atualmente é pacífica na jurisprudência do STJ a aplicabilidade do CDC aos contratos de *leasing* consoante demonstrado pelo julgado abaixo:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INCIDÊNCIA.

¹⁹⁴ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Leasing*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 164.

¹⁹⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial: direito de empresa*. Volume 3. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 191.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 195.

¹⁹⁷ MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 550.

VARIAÇÃO CAMBIAL. PROVA DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO EXTERIOR. MATÉRIA DE PROVA.

I - Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor às relações jurídicas originadas dos pactos firmados entre consumidores e agentes econômicos, instituições financeiras e usuários de seus produtos e serviços (Súmula 297/STJ).

III - (...).

IV - Agravo regimental a que se nega provimento.”¹⁹⁸

Em voto proferido no citado agravo, o relator afirma ser entendimento pacífico do Tribunal a aplicação do CDC as operações de *leasing*, mesmo que o contrato seja figurado por bancos ou sociedades empresárias arrendantes, os quais deverão se submeter aos princípios e às regras que regem o diploma consumerista. Conforme se observa, corrobora para o entendimento da aplicação do estatuto do consumidor aos contratos de *leasing* o teor do Enunciado 297 do STJ o qual prevê: “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às Instituições Financeiras”.

Ainda sobre a incidência do CDC veja:

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL E EMBARGOS DECLARATÓRIOS, ESTES RECEBIDOS COMO AGRAVO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E ARRENDATÁRIA. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. DIVERGÊNCIA. SEDE INAPROPRIADA. CORREÇÃO DAS PARCELAS. VARIAÇÃO CAMBIAL. DÓLAR NORTE-AMERICANO. 2ª SEÇÃO. TEMA PACIFICADO. APLICABILIDADE DO CDC. COMPENSAÇÃO/RESTITUIÇÃO DO QUE FOI PAGO A MAIOR. POSSIBILIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. ÔNUS DIVIDIDOS EM PARTES IGUAIS.

I. Aplicam-se às instituições financeiras as disposições do Código de Defesa do Consumidor, conforme cada situação específica, rejeitado o entendimento contrário, que não encontra sede adequada para confrontação. O que importa para sujeição às diretrizes do CDC é a relação jurídica existente entre o tomador e o fornecedor do crédito sobre o qual se litiga, que é de consumo, não a natureza da pessoa contratante ou a destinação dos bens adquiridos.”¹⁹⁹

Como é assinalado na presente ementa, para o Tribunal não importa a característica do contratante, seja pessoa humana ou jurídica, tampouco a que será destinado o objeto do contrato. Estando configurada nitidamente a relação de consumo, aplicado será o CDC.

Newton de Lucca destaca entendimento diverso dos anteriormente abordados. De acordo com o autor, o CDC poderia ser parcialmente aplicado em uma relação jurídica, como destacado abaixo:

¹⁹⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *AgRg no RESp n. 555842*. RS. Relator: Ministro Paulo Furtado. 14 abr. 2009. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

¹⁹⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 4 T. *AgRg no RESp n. 620.871*. MG. Relator: Ministro Aldir Passarinho. 22 jun. 2004. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

“Quando, porém, a relação jurídica de consumo não estiver caracterizada em seu sentido *estrito*, mas, apenas, em sentido amplo- deve-se falar, com rigor, na aplicação parcial do CDC à atividade bancária e não, como parecem supor alguns, em sua não aplicação. Retomo, então, o exemplo (...) do empresário que realiza no banco uma operação de desconto de duplicatas. (...), não há falar-se, na hipótese, em destinatário final, inexistindo a caracterização da relação de consumo em sentido estrito. Não se poderá aplicar a tal contrato, portanto, o CDC em sua totalidade, mas apenas naquelas partes nas quais esse empresário será tido como consumidor por equiparação. Em outras palavras, esse empresário não terá a seu favor, por exemplo, a possibilidade de inversão do ônus da prova (...), mas terá em seu benefício, seja a proteção relativa à responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço; seja a relativa às práticas comerciais [...].”²⁰⁰

Não caberia, por isso, à doutrina e à jurisprudência pátrias discorrerem sobre a incidência (ou não) do CDC em certos tipos de atividades, poderá sim aplicar-se parcialmente o instituto, como ocorre no exemplo assinalado em sua obra.²⁰¹

Diante do exposto, apesar da existência de entendimento contrário a incidência do CDC aos contratos de *leasing*, o posicionamento atual prevalecente do STJ é o da viabilidade da aplicação do CDC aos contratos de *leasing* que consubstanciem em relações tipicamente de consumo, ou que por assim dizer, contenham as peculiaridades deste tipo relacional.

3. Condições gerais do contrato x contrato de adesão

As condições gerais dos contratos partiram de um contexto de massificação de relações negociais. Para que atividades econômicas pudessem ser exercidas a um número mais significativo de clientes, utilizou-se de meios que proporcionassem homogeneização e facilidade negocial aos contratantes. Essas ditas condições gerais são compreendidas por determinações unilaterais que compõem os termos contratuais sem que possam sofrer alterações por aquele que deseja aderir a relação contratual²⁰². Sobre o instituto Paulo Lôbo esclarece:

“na sociedade de massas, a predisposição de *condições* que são *gerais* e inalteráveis a todos os contratos que se realizarem com o contratante utilizador, e por todos os que necessitarem dos bens e serviços por ele

²⁰⁰ DE LUCCA, Newton. *Direito do Consumidor*. São Paulo: Quartier Latin, 2003, p. 246.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 246.

²⁰² LÔBO, Paulo. *Direito Civil: Contratos*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 122.

oferecidos, causa perplexidade pela natureza e alcance desse poder negocial.”²⁰³

Muitos doutrinadores procuraram conceituar o que seriam as condições gerais dos contratos e pela definição de Custódio Baldino as condições consubstanciam-se na:

“pré-formulação, pelo fabricante de produtos ou prestador de serviços, de condições gerais uniformes de contratação, cláusulas que, em sua grande maioria, com um alcance geral e abstrato, integrarão os futuros contratos. Constando em regra de um instrumento escrito, fica este aberto à adesão de quantos queiram contratar, estabelecendo-se, em virtude de uma declaração de aceitação dessas condições gerais, eventualmente acrescidas de uma ou outra cláusula adequada à situação concreta, por parte do aderente, uma relação jurídica individualizada entre as duas partes contratantes.”²⁰⁴

É um rol de cláusulas inseridas no corpo dos contratos, elaboradas prévia e por uma das partes, sendo utilizadas a um número indefinido de contratos. É definidamente um meio de elaboração de termos contratuais.²⁰⁵

Caracteriza as condições gerais do contrato: a sua assente generalidade, que viabiliza a utilização de seu conteúdo indefinidamente em relações contratuais; a uniformidade, que permite a sua utilização repetidamente a todos aqueles que desejam contratar, e, por último, pode-se mencionar a rigidez dessas condições uma vez que não estão aptas a serem alteradas ou adequadas pelo aderente da relação contratual, podendo optar por integrá-la como é estabelecida ou não haver negociação.²⁰⁶ Renata Mandelbaum retrata ainda como características: “a predisposição unilateral; (...), abstração; inalterabilidade; eficácia concreta dependente de integração e adesão do contrato individual.”²⁰⁷

As condições gerais do contrato podem ser combatidas pelos juristas se possuírem ilegalidades ou abusos em desfavor do aderente, as chamadas cláusulas abusivas. Entretanto, a partir do momento que não apresentarem as características

²⁰³ LÔBO, Paulo. *Direito Civil: Contratos*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 122.

²⁰⁴ MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino. *Contrato de Adesão*. São Paulo: Atlas, 2002, p. 140.

²⁰⁵ MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 79.

²⁰⁶ MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino. *Op. cit.*, p.140.

²⁰⁷ MANDELBAUM, Renata. *Contratos de adesão e contratos de consume*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996, p. 114.

mencionadas anteriormente, serão consideradas condições gerais válidas e, portanto, passíveis de inserção e permanência nos contratos.²⁰⁸

Sobre as vicissitudes que podem eivar as condições gerais, elucida Paulo Lôbo:

“As peculiaridades das condições gerais impõem soluções que ultrapassam o âmbito de interesses individuais das partes diretamente atingidas. É necessária a intervenção do direito, de modo a controlar e inibir os abusos, refletindo a necessária coexistência entre os interesses do público e da empresa que as utiliza. A patologia das condições gerais dos contratos se configura nas chamadas cláusulas abusivas; sua ilicitude, vertida em nulidade, resulta do desequilíbrio de direitos e obrigações, com outorga de vantagens excessivas para o predispotente e desvantagens desarrazoadas para o contratante adquirente ou usuário, em virtude do abuso do poder negocial.”²⁰⁹

Diante disto deverá o judiciário se pronunciar, a partir do momento que provocado pela parte aderente ao contrato, quanto à validade das condições contratuais gerais, analisando e até retirando da relação jurídica os excessos outorgados pela parte predispotente nas referidas condições a fim de que a relação jurídica apresente-se equânime e razoável para ambos os contratantes.

Os contratos de adesão e as condições gerais dos contratos são institutos que não são idênticos apesar de estarem essencialmente relacionados, sobre o assunto esclarece Renata Mandelbaum:

“As condições negociais genéricas e o contrato de adesão, contrato de massa ou *contrato standard* não se confundem. Estas podem ou não estar inseridas no contexto dos contratos de adesão, assim como podemos ou não deparar com cláusulas abusivas presentes em cláusulas contratuais.”²¹⁰

As diferenças entre os dois institutos são abordadas por Paulo Lôbo. De acordo com o autor “a relação existente entre condições gerais e contrato de adesão é, respectivamente, de conteúdo e continente, de matéria e instrumento de eficácia. O contrato de adesão é instrumento que concretiza os efeitos das condições gerais (...)”²¹¹.

Percebe-se que os contratos de adesão possuem em seu texto, inclusive, condições gerais dos contratos o que não esgota o conteúdo do referido contrato a

²⁰⁸ CAMARGO SOBRINHO, Mário de. *Contrato de Adesão e a necessidade de uma legislação específica*. São Paulo: Interlex, 2000, p. 69.

²⁰⁹ LÔBO, Paulo. *Direito Civil: Contratos*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 123.

²¹⁰ MANDELBAUM, Renata. *Contratos de adesão e contratos de consume*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996, p. 143.

²¹¹ LÔBO, Paulo. *Op. cit.*, p. 128.

essas condições, já que podem conter cláusulas deliberadas entre os contratantes, ainda que de pouca relevância o seu conteúdo. Além disso, as condições gerais dos contratos não limitam a sua existência aos contratos de adesão, já que poderão estar contidas em outros instrumentos contratuais.²¹²

Consoante Cláudio Belmonte:

“Contratos por adesão são um conceito mais amplo, haja vista que nem todos os contratos celebrados por adesão têm na sua base condições gerais dos contratos. A característica marcante dessa forma de contratação consiste, sobretudo, na imutabilidade de suas disposições, cabendo à contraparte aceitar ou recusar sua celebração na forma em que é apresentado o instrumento contratual. As condições gerais dos contratos também impõem a rigidez de suas determinações, previamente estipuladas, mas em função da garantia da efetividade do principal elemento que a caracteriza, a intenção de uniformizar as disposições contratuais (intenções uniformizadoras) (...)”²¹³

Demonstradas as diferenças entre as duas figuras jurídicas não poderão essas ser utilizadas como sinônimos.

4. O contrato de arrendamento mercantil como um contrato de adesão

A expansão da sociedade ocasionou uma readequação dos meios utilizados para a celebração das relações negociais. Com o crescimento quantitativo dessas relações foi necessário estabelecer procedimentos que proporcionassem celeridade aos contratantes. A partir desse contexto surgiram os denominados contratos de adesão.²¹⁴ Carlos Alberto Bittar conceitua o contrato:

“Considera-se de adesão o contrato que, nascido por força do dirigismo econômico e da concentração de capitais em grandes empresas, em especial nos campos de seguros, financiamentos bancários, vendas de imóveis, de bens duráveis e outros, tem a participação volitiva do consumidor reduzida à aceitação global de seu contexto, previamente definido e impresso, em modelos standardizados, com cláusulas dispostas

²¹² FIUZA, César; ROBERTO, Giordano Bruno Soares. *Contratos de adesão*: de acordo com o novo Código Civil. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002, p. 70.

²¹³ BELMONTE, Cláudio. *Proteção contratual do consumidor*: conservação e redução do negócio jurídico no Brasil e em Portugal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 62.

²¹⁴ TARTUCE, Flávio. *Direito Civil*: teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 5. ed. São Paulo: Método, 2010, p. 55.

pelos fornecedores ou resultantes de regulamentação administrativa, ou da sua combinação.”²¹⁵

Esta qualidade do contrato não o torna uma categoria autônoma, nem tampouco um tipo contratual especial, sua existência consubstancia-se em técnica de formação contratual²¹⁶ que poderá ser utilizada na elaboração de contratos regidos pelo Código Civil e também em contratos regidos pelo CDC.²¹⁷

Os contratos tidos de adesão não são considerados nulos por si só e somente serão considerados se restar comprovada a existência de cláusulas leoninas, ou abusivas como prefere parte da doutrina, impossíveis de resguardar o equilíbrio contratual mesmo quando excluídas do termo.²¹⁸ Sobre a existência do contrato de adesão, preceitua Flávio Tartuce: “O contrato de adesão é aquele em que uma parte, o estipulante, impõe o conteúdo negocial, restando à outra parte, o aderente, duas opções: aceitar ou não o conteúdo desse negócio.”²¹⁹

O autor acredita que dentro da ideia do tipo contratual devem ser considerados todos os contratos em que se verifique a existência de cláusulas antecipadamente estabelecidas por um pólo da relação jurídica²²⁰. Para que se esteja diante de um típico contrato de adesão, portanto, fundamental é a ausência de deliberações pré negociais, ou discussões sobre o conteúdo do termo contratual por ambos os contratantes, sendo as condições estabelecidas unilateralmente, impossibilitado ao consumidor modificar o contrato significativamente.²²¹

Dentro do CDC existe a conceituação do contrato de adesão conforme se extrai do seu art.54:

“Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.”^{222 223}

²¹⁵ BITTAR, Carlos Alberto. *Direitos do Consumidor: código de defesa do consumidor*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 61.

²¹⁶ SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. *Código de Defesa do Consumidor Anotado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 220.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 220.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 220.

²¹⁹ TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie*. V. 3. 5. ed. São Paulo: Método, 2010, p. 57.

²²⁰ *Ibidem*, p. 57.

²²¹ MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 71.

²²² BRASIL. *Lei nº. 8.078 de 11.09.1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 13 nov. 2012.

O CDC sinaliza no §1º deste mesmo artigo que a inclusão de cláusula no termo celebrado não descaracterizaria a natureza adesiva do contrato,²²⁴ uma vez que mais importante para a configuração deste é a percepção do consumidor nitidamente aderindo às cláusulas estabelecidas.²²⁵

Essa forma de elaboração contratual massificada, em que pese proporcionar vantagens nos quesitos agilidade, praticidade, segurança e economia, corrobora para a prática de abusos. Muitas vezes os aderentes não possuem pleno conhecimento de seu teor, partindo do pressuposto da confiabilidade de quem os elabora.²²⁶ A característica de estabelecimento unilateral dos termos do contrato de adesão, ocasionou preocupação com a proteção dos consumidores aderentes dessa forma, autorizando, inclusive, que seja prevalecente nesses contratos a interpretação mais favorável ao consumidor.²²⁷

No que cerne a utilização indevida dos termos contratuais elaborados com cláusulas leoninas, menciona João Batista de Almeida:

“A regulamentação do contrato de adesão e das cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor em boa hora outorgou indispensável proteção contratual a uma categoria que sofria constantes abusos e prejuízos em decorrência de sua fragilidade e de ter de aderir a condições que não discutiu, nem tinha meios de conhecer em extensão e profundidade, e que, por isso, eram-lhe praticamente impostas.”²²⁸

Almejando obstar a celebração de contratos em relações de consumo que não oportunizem ao consumidor pleno conhecimento do seu teor, o CDC em seu art. 46 impõe condições para que o contratado seja vinculado às obrigações assumidas na relação negocial²²⁹:

“Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento

²²³ Paulo Lobo discorda da conceituação de contrato de adesão no referido Código, para o autor: “O Código de Defesa do Consumidor incorre em erro ao confundir contrato de adesão com as condições gerais (...). O que pode ser objeto de aprovação prévia da autoridade ou de predisposição unilateral são as condições gerais, jamais as cláusulas, porque algumas são negociadas, constituindo declaração comum das partes. Esse conceito legal é mais apropriado para as condições gerais.” LOBO, Paulo. *Direito Civil: Contratos*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 130.

²²⁴ BRASIL. *Lei nº. 8.078 de 11.09.1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 13 nov. 2012.

²²⁵ OLIVEIRA, James Eduardo. *Código de defesa do Consumidor*. São Paulo: Atlas, 2004, p. 339.

²²⁶ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 138.

²²⁷ OLIVEIRA, James Eduardo. *Op. cit.*, p. 337.

²²⁸ ALMEIDA, Joao Batista de. *Manual de Direito do Consumidor*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 154.

²²⁹ OLIVEIRA. *Op. cit.*, p. 342.

prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.”²³⁰

Portanto, a aderência a contratos que não disponham dos requisitos estabelecidos pela Lei pode ocasionar a não vinculação do consumidor a seus termos. O CDC vai além e ainda exige que as cláusulas limitativas de direito do aderente estejam devidamente destacadas, possibilitando sua total compreensão.²³¹

Ressalvadas as principais características dos contratos de adesão, partimos para a conceituação do *leasing* como um típico contrato adesivo.²³² Consoante demonstrado no primeiro capítulo desta monografia, o arrendatário, ao avaliar as condições propostas pela arrendadora, irá manifestar-se se aceita (ou não) as condições do contrato e conseqüentemente o assinará. O fato de se posicionar quanto ao prazo do contrato e o valor a ser pago durante a vigência deste de forma alguma descaracterizará a sua forma adesiva.²³³

Sobre o enquadramento do *leasing* como um contrato de adesão, elucida Roberto Freitas Filho que “é de adesão já que há aceitação ou não de um bloco de cláusulas apresentadas pela arrendadora, previamente formuladas e propostas de forma unilateral”.²³⁴ Por esse motivo, ao arrendatário será oferecido o contrato impresso, com condições e regras gerais a operacionalização do *leasing*, como são oferecidos às operações do gênero.²³⁵

Ainda sobre a natureza adesiva do contrato de leasing, já decidiu o STJ:

“EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO. PRECEDENTES DA CORTE.

1. A Corte já decidiu que o Código de Defesa do Consumidor aplica-se aos contratos de arrendamento mercantil e que é “abusiva a cláusula de eleição de foro incluída em contrato de adesão sobre *leasing*, que dificulta a defesa da arrendatária aderente”.

²³⁰BRASIL. Lei nº. 8.078 de 11.09.1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em: 13 nov. 2012.

²³¹ *Ibidem*.

²³² GONÇALVES, Valério Pedroso; GUERRA, Luiz Antônio. *Contratos Mercantis Diferenciados*. Brasília: Brasília Jurídica, 2007, p. 117.

²³³ CAMARGO SOBRINHO, Mário de. *Contrato de adesão e a necessidade de uma legislação específica*. São Paulo: Lex Editora S.A., 2000, p. 134.

²³⁴ FREITAS FILHO, Roberto. *Intervenção judicial nos contratos e aplicação dos princípios e das cláusulas gerais: o caso do leasing*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed. 2009 p. 50.

²³⁵ RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamneto mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 59.

2. Recurso especial conhecido e provido.”²³⁶

E ainda:

“PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. ARRENDAMENTOMERCANTIL (LEASING). AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MP. LEGITIMIDADE. AÇÃO JULGADA. PROCEDENTE. CONFIRMAÇÃO DE LIMINAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. SENTENÇA EXTRA PETITA ANULADA COM RETORNO DO FEITO À ORIGEM E PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO. LIMINAR REVIGORADA.

I- O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública em defesa de interesses sociais homogêneos, de relevante interesse social, em contratos por adesão, como no caso, os contratos de arrendamento mercantil.

II- (...).”²³⁷

Verifica-se que o enquadramento dos contratos de *leasing* como típicos contratos de adesão, não encontra grandes controvérsias.

5. Cláusulas abusivas no CDC

A possibilidade de elaboração unilateral e preliminar dos instrumentos de contrato pelos fornecedores, utilizando-se, por exemplo, dos contratos de adesão, permite a essas figuras a inclusão de cláusulas direcionadas ao melhor exercício de sua atividade empresarial. Dessa forma, algumas dessas previsões contratuais podem carecer de justiça e equilíbrio, servindo como meio de proporcionar vantagens ao proponente do termo contratual de modo prevalecente, e reduzir por fim os deveres deste em relação ao outro pólo da relação destituindo-o de responsabilidades, reduzindo os riscos inerentes a sua atividade, diminuindo os custos das lides em que figure como parte.²³⁸ Conforme preceitua Cláudia Lima Marques:

“A concepção e a redação unilateral pelo fornecedor do conteúdo do contrato como que convidam à elaboração de cláusulas que primam pela unilateralidade dos direitos que asseguram, garantindo vantagens somente para o fornecedor de bens e serviços, quebrando o equilíbrio do contrato e enfraquecendo ainda mais a posição contratual do consumidor. São as chamadas cláusulas abusivas, que, incluídas em contratos de adesão ou

²³⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *RESp* n. 299.378/SP. Relator: Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. 4 set. 2001. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

²³⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *AgRg no REsp* 627495/DF. Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros. 9 ago. 2007. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

²³⁸ MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 159.

em condições gerais dos contratos, vão ser oferecidas à aceitação pelos consumidores.”²³⁹

Antes da elaboração do CDC, os fornecedores eram favorecidos em detrimento dos consumidores os quais sofriam correntes abusos e lesões, sem que contassem com a tutela legislativa adequada. Nesse período o princípio *pacta sunt servanda* prevalecia, obstando, assim, revisões contratuais por não estarem expressamente previstas, por exemplo, o que hoje denominamos cláusulas abusivas. Com a égide do CDC, os consumidores passaram a ter suas relações comerciais amparadas pelo estatuto que os proporcionou diversos direitos e garantias enquanto sujeitos portadores de vulnerabilidades em relação aos fornecedores.²⁴⁰

As cláusulas inseridas no corpo do contrato ditas por abusivas são aquelas que corroboram para o desequilíbrio e a falta de sintonia entre os direitos e deveres dos contratantes. Em demasia possuem unilateralidade e por esse motivo de modo geral servem para beneficiar apenas a quem as estabeleceram.²⁴¹ São elaboradas utilizando-se de forma irregular a liberdade de estabelecer cláusulas contratuais, uma vez que possibilitam a submissão da parte vulnerável aos termos instrumentalizados pelo proponente.²⁴² Contudo, observa-se que as cláusulas abusivas podem estar inseridas não apenas em contratos tidos de adesão, mas também em contratos celebrados e discutidos em comum acordo.²⁴³ Como se observa no entendimento de Joao Bosco Leopoldino da Fonseca:

“Não se pode dizer que a cláusula abusiva, ou excessivamente onerosa, seja uma consequência lógica ou jurídico-formal do contrato de adesão. Poderá vir a ser uma decorrência de *caráter econômico*, justamente porque cria maior peso, maior ônus para o contraente fraco, e exonera cada vez mais o predisponente.”²⁴⁴

Portanto, é mister desvincular-se da concepção de que apenas os contratos de adesão são capazes de trazer para a relação contratual cláusulas abusivas. Além das observações mencionadas acima, insta diferenciarmos cláusulas

²³⁹ MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 159.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 160.

²⁴¹ ALMEIDA, João Batista de. *Manual de Direito do Consumidor*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 140.

²⁴² MARQUES. *Op. cit.*, p. 161.

²⁴³ SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. *Código de Defesa do Consumidor Anotado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 182.

²⁴⁴ GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do Consumidor: código comentado, jurisprudência, doutrina, Decreto n. 2.181/1997*. 7. ed. Niterói: Impetus, 2011, p. 344.

abusivas de cláusulas ensejadoras de revisões contratuais. Apesar de ocorrerem durante a execução do contrato, são embasadas por circunstâncias diferenciadas. Enquanto as causas de revisão do termo contratual decorrem de acontecimentos supervenientes a sua celebração, as cláusulas abusivas são inseridas no texto do contrato no momento de sua celebração. Por esse motivo, é claro, são institutos com tratamentos jurídicos diferentes.

O CDC adotou para a caracterização de cláusulas abusivas a análise objetiva do contrato, com isto o enquadramento das cláusulas como abusivas independe de serem verificadas condutas maliciosas ou eivadas de má fé por parte do fornecedor (análise subjetiva). Assim, é observado mais o resultado da conduta que as razões que a motivaram. Da mesma forma João Bosco Leopoldino da Fonseca relata:

“A essas condições contratuais preeminentes criadas pelo predisponente em seu próprio favor dá a doutrina moderna o nome de Cláusulas Abusivas, prendendo-se sua conceituação não a aspectos subjetivos, não ao desvelamento da intenção que impregnou o negócio, mas a critérios objetivos, concretos (...).”²⁴⁵

Para facilitar a análise de previsões contratuais eivadas de reprovabilidade, o CDC prevê em seu art. 51 diversos termos que, se inseridos em contratos, são prontamente considerados cláusulas abusivas.²⁴⁶ A fim de tornar a abordagem deste tópico mais didática, reescreveremos o exato teor do mencionado art.:

“Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:
I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;
II - subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;
III - transfiram responsabilidades a terceiros;
IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;
V - (Vetado);
VI - estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor;
VII - determinem a utilização compulsória de arbitragem;
VIII - imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor;

²⁴⁵ FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Cláusulas abusivas nos contratos*. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 108.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 108.

IX - deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor;
 X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;
 XI - autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor;
 XII - obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor;
 XIII - autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração;
 XIV - infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais;
 XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;
 XVI - possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vontade que:

I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;
 II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;
 III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.

§ 2º A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.

§ 3º (Vetado).

§ 4º É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.²⁴⁷

O art. 51 do CDC, apesar de apresentar grande extensão, é um rol meramente exemplificativo vez que outras cláusulas poderão ser assim consideradas conforme expressamente previsto em seu texto.²⁴⁸

O controle exercido sobre as cláusulas abusivas é judicial e ocorre à medida que o judiciário concebe situações fáticas que as apresentem. A viabilidade dessa apreciação pelo judiciário no que concernem as cláusulas supostamente abusivas inseridas em termos contratuais de modo algum vai de encontro à liberdade contratual, vez que essa garantia jamais poderá sobrepor-se à necessidade de equilíbrio contratual.²⁴⁹ Salienta-se ainda que o reconhecimento das cláusulas poderá ocorrer de ofício pelo magistrado uma vez que as normas contidas no CDC são consideradas de ordem pública e interesse social.²⁵⁰

²⁴⁷ BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor de 11.09.1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm>. Acesso em: 5 abr. 2012.

²⁴⁸ NUNES, Luis Antonio Rizzato. *Curso de Direito do Consumidor*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 653.

²⁴⁹ CAMARGO SOBRINHO, Mário de. *Contrato de adesão e a necessidade de uma legislação específica*. São Paulo: Lex Editora S.A., 2000, p. 154.

²⁵⁰ BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Cláudia Lima. *Manual de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 294.

Quanto às consequências da existência de cláusulas abusivas, o próprio CDC destacou que ensejariam a declaração de sua nulidade de pleno direito, no entanto, isto não necessariamente ocasionará a invalidade do contrato, o qual deverá prevalecer sem o conteúdo abusivo, salvo se a sua extração ocasionar ônus excessivo a qualquer dos contratantes.²⁵¹ Como afirma Leonardo Roscoe Bessa:

“A sanção, portanto, é negar efeito unicamente para a cláusula abusiva, preservando-se em princípio, o contrato, salvo se a ausência da cláusula desestruturar a relação contratual, gerando ônus excessivo a qualquer das partes. Cuida-se do princípio da conservação do contrato. O magistrado, portanto, após excluir o efeito da cláusula abusiva, deve verificar se o contrato mantém condições – sem a cláusula abusiva – de cumprir sua função socioeconômica ou, ao contrário, se a nulidade da cláusula irá contaminar e invalidar todo o negócio jurídico.”²⁵²

O CDC também prevê, em seu art. 6º, que possam ocorrer modificações nos contratos, possibilitando sua revisão. Verifica-se, portanto, a viabilidade tanto de declarar-se a nulidade das cláusulas tidas por abusivas, como também, alcançar a revisão dos termos que se mostrem prejudiciais à continuidade da relação contratual. Percebe-se que em algumas situações práticas, fundamental seria rever o conteúdo do termo sem extraí-lo de seu instrumento, por ser essencial à lógica e a manutenção do contrato.²⁵³

Em que pese à previsão do CDC de nulidade para as cláusulas abusivas, há entendimentos de que a mácula da cláusula gera ineficácia. Essa ideia será analisada no tópico seguinte.

5.1. Cláusulas abusivas: nulidade ou ineficácia

Conforme verificado nos tópicos anteriores, o art. 51 do CDC prevê a nulidade de pleno direito das cláusulas eivadas de abusividades que estiverem inseridas em termos contratuais oriundos de relações tipicamente de consumo. Com isso, percebe-se que o ordenamento brasileiro conferiu a essas cláusulas um exacerbado grau de invalidez, consubstanciado na nulidade dos enunciados. Para parte da doutrina esse entendimento decorre do interesse generalizado e coletivo da

²⁵¹ BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Cláudia Lima. *Manual de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 293

²⁵² *Ibidem*, p. 293.

²⁵³ *Ibidem*, p. 295.

proteção do consumidor não sendo, portanto, um interesse limitado aos contratantes.²⁵⁴

Consoante João Batista de Almeida:

“A intervenção estatal fez com que o contrato passasse a ser dirigido, no seu conteúdo, por meio de leis que impõem ou proíbem certas condutas. O dirigismo contratual resultou na limitação da liberdade contratual com o fim precípua de restabelecer o equilíbrio entre as partes contratantes e obviar proteção ao consumidor.”²⁵⁵

A qualidade de serem nulas as cláusulas abusivas previstas no mencionado artigo e não anuláveis é defendida por parte da doutrina, pois de acordo com esse seguimento a nulidade ocasiona a não produção de efeitos válidos em qualquer momento da existência da cláusula, já no que tange as cláusulas consideradas anuláveis, a sua invalidade dependeria diretamente de seu reconhecimento em sentença judicial. Enquanto as ocasiões de nulidade são estabelecidas de pronto pela Lei, as razões para anulabilidade deverão ser levadas ao judiciário pelos interessados, e, a partir daí, ser reconhecida a ausência de efeitos dos enunciados em discussão.²⁵⁶

As nulidades, por possuírem caráter de ordem pública, serão passíveis de arguição pelas partes que tenham esse interesse, pelo Ministério Público e inclusive pelo juiz da causa, de ofício. A ausência de arguição da existência das ditas cláusulas, jamais ratifica a sua existência, nem ao menos enseja a sua prescrição, uma vez que a declaração do judiciário ensejará na produção de efeitos de modo *ex tunc*. Se tratássemos de anulabilidade, essa somente poderia ser requerida pelos seus interessados, e, caso não alegadas em momento oportuno, perder-se-ia essa oportunidade.²⁵⁷

Sobre o tratamento direcionado às cláusulas abusivas, Luis Renato Ferreira da Silva relata:

“O atual tratamento dispensado às cláusulas extremamente vantajadas ou perniciosamente lesivas tem como finalidade, não só apartá-las, mas também integrar o negócio jurídico. O novo enfoque enriquece a regra do

²⁵⁴ LOBO, Paulo. *Direito Civil: Contratos*. São Paulo: Saraiva, 2011, p.137.

²⁵⁵ ALMEIDA, João Batista. *Manual de Direito do Consumidor*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 141.

²⁵⁶ CAMARGO SOBRINHO, Mário de. *Contrato de adesão e a necessidade de uma legislação específica*. São Paulo: Lex Editora S.A., 2000, p. 155.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 155.

não-contágio do negócio todo pela parte nula, permitindo uma revisão para reconstruí-lo, eis que “perdeu” uma parte.”²⁵⁸

Apesar da existência de cláusulas abusivas, a invalidez do termo contratual somente será declarada pelo judiciário, se não for possível e manutenção do contrato sem a referida cláusula, ou se a ausência desta ocasionar ônus excessivo para qualquer dos contratantes, pelo princípio da conservação do contrato.²⁵⁹ Diante da presença de cláusulas leoninas o magistrado poderá, portanto, tornar inválida a cláusula isoladamente ou optar por revisar o contrato de modo a proporcionar equilíbrio à relação contratual.²⁶⁰

Alternativamente ao entendimento de nulidade das cláusulas consideradas abusivas existe um seguimento doutrinário que as compreende ineficazes, conforme extraído da leitura de Vera Jacob de Fradera:

“Seriam *ineficazes* os negócios cujos efeitos, pretendidos pelas partes, não pudessem ser obtidos devido a determinados obstáculos: aqueles postos pela *ordem jurídica*, os dependentes do acaso (o implemento de uma condição) ou ainda aqueles obstáculos decorrentes da inobservância de certas medidas publicitárias. No que respeita às Condições Gerais de Negócios, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas contratuais estipuladas em desacordo com as estipulações do art. 51e seus incisos, são *ineficazes*, e não nulas, porquanto a manifestação de vontade das partes não foi compatível com as regras jurídicas cogentes que delimitam a sua ação, e, havendo a incompatibilidade entre a vontade e a norma, esta tem prevalência sobre aquela, logo os efeitos pretendidos pelas partes são por ela, norma, sustados.”²⁶¹

Para a autora, não se deveria qualificar as cláusulas denominadas abusivas pelo CDC como nulas, sanção esta que deve ser aplicada unicamente em negócios jurídicos pactuados sem o devido cumprimento de suas condições de validade (agente incapaz, objeto ilícito ou impossível e inobservância de forma, quando determinada por lei). De acordo com o entendimento esboçado, considerá-las ineficazes adéqua-se integralmente ao intuito almejado pelo legislador, o qual seja a proteção do pólo mais frágil em uma relação de consumo, proporcionando-lhe equilíbrio entre os contratantes e, assim, sendo regida pelo princípio da boa-fé.²⁶²

²⁵⁸ SILVA, Luís Renato Ferreira da. *Revisão dos Contratos*: Do Código Civil ao Código do Consumidor. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 45.

²⁵⁹ BENJAMIN, Antonio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Cláudia Lima. *Manual de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 293.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 295.

²⁶¹ FRADERA, Vera Jacob de. Ineficácia das cláusulas abusivas no sistema brasileiro do Código de Defesa do Consumidor: uma abordagem clássica. *Revista Direito do Consumidor*. São Paulo, n. 43, p. 316 a 318, jul./set. 2002.

²⁶² *Ibidem*.

Salienta-se que o entendimento apresentado por esta não é o predominante doutrinariamente.

CAPÍTULO 3

1. Análise jurisprudencial acerca da abusividade total ou parcial das cláusulas de não devolução do VRG

Neste capítulo optou-se por não organizar subdivisões tópicas, uma vez que os julgados apresentados para análise são diretamente relacionados aos conteúdos discutidos nos dois primeiros capítulos, sendo, portanto, uma sistematização das ideias ora trabalhadas. Inicialmente, serão abordados alguns julgados proferidos pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios²⁶³ e, posteriormente, uma decisão prolatada pelo Superior Tribunal de Justiça (Recurso Especial - RESP nº 1.099.212) em sede de Recurso Repetitivo, todas relacionadas à viabilidade da devolução do Valor Residual Garantido – VRG nos contratos típicos de *leasing* financeiro.

O intuito da apresentação das ementas a seguir expostas é demonstrar como tem sido feita a interpretação das prerrogativas insertas nos contratos de *leasing* pelos tribunais diante da provocação das partes que os celebram.

É notório o importante papel da jurisprudência em situações em que nos deparamos com uma fragilidade legislativa, sendo a lei regente da matéria insuficiente para todos os esclarecimentos porventura necessários na aplicabilidade do instituto, e, ainda, a escassez doutrinária quanto a significativos aspectos do contrato de *leasing*. Assim, o entendimento dos tribunais pode tornar a lei mais próxima dos casos concretos reduzindo a sensação de insegurança daqueles que optam pela celebração do contrato.

Para facilitar a discussão temática apresentada foram selecionados seis julgados, dentre eles, cinco oriundos do TJDF e um exarado pelo STJ em sede de Recurso Repetitivo, este tendo por intuito homogeneizar os julgados relacionados à matéria. Por meio da listagem de todas as ementas serão apresentadas as principais ideias que rodeiam a discussão jurídica e após serem todas insertas,

²⁶³ A opção por analisar decisões do TJDF fundamentou-se por ser este o tribunal detentor de jurisdição para a matéria na região em que foi elaborada a presente pesquisa.

serão individualmente abordadas de forma que se apresentem os principais argumentos emanados pelos julgadores.

Os casos concretos foram escolhidos por meio de pesquisa jurisprudencial, na qual foram selecionados por envolver diretamente a discussão base da presente pesquisa, a qual seja: a abusividade das cláusulas que obstem a devolução do valor pago antecipadamente a título de Valor Residual Garantido nos contratos de *leasing* financeiro.

A pesquisa foi feita por meio da internet utilizando os sites dos referidos tribunais. Na página do TJDFR foram utilizados como argumento de pesquisa os termos: “CDC”, “abusivas”, “*leasing*”, “devolução vrg”. Já o julgado oriundo do STJ foi encontrado com o argumento de pesquisa: “Valor Residual de Garantia”.

A organização dos acórdãos é apresentada de forma cronológica, possibilitando que os mais antigos antecedam as decisões mais recentes. Desta forma foram selecionados:

Tabela 1 – Decisões proferidas pelo TJDFR.

DECISÃO	DATA DO JULGAMENTO	TIPO	PROCESSO N.º	RELATOR	ÓRGÃO JULGADOR
I	05/12/2001	Apelação Cível	1999.01.1.044298-0	Carmelita Brasil	2º Turma Cível
II	10/11/2003	Apelação Cível	2002.01.1.036979-5	Mário Machado	4º Turma Cível
III	10/04/2006	Apelação Cível	2002.07.1.004719-9	Benito Augusto Tiezzi	5º Turma Cível
IV	28/09/2011	Apelação Cível	2010.01.1.182240-2	Humberto Adjuto Ulhoa	3º Turma Cível
V	05/12/2012	Apelação Cível	2011.01.1072584-7	Alfeu Gonzaga Machado	1ª Turma Cível

Tabela 2 – Decisão proferida pelo STJ em sede de Recurso Repetitivo.

DECISÃO	DATA DO JULGAMENTO	TIPO	NÚMERO	RELATOR	ÓRGÃO JULGADOR
I	27/02/2013	RESP	1.099.212	Massami Uyeda	Segunda Seção

Diante dos dados apresentados, serão lançadas as efetivas ementas a fim de viabilizar maior compreensão das discussões que serão apresentadas e devidamente discutidas no presente capítulo. Serão discriminados dados como: tipo de recurso, número do processo (para as decisões emanadas pelo TJDFT) e número do recurso (para as originadas do STJ), órgão do qual emanou a decisão, data em que ocorreu a prolação do acórdão e relator (a)

Decisão 1- Apelação Cível, Processo nº. 1999.01.1.044298-0

Acórdão proferido pela 2ª Turma Cível, no dia 05/12/2001, nos autos do processo nº. 1999.01.1.044298-0, em razão da interposição de Apelação Cível, e que teve como relatora do processo a Desembargadora Carmelita Brasil. Recorrente: GM Leasing S/A Arrendamento Mercantil; Recorrido: Walter Machado da Costa Filho. Abaixo a referida ementa:

“LEASING. RESCISÃO CONTRATUAL. ABUSIVIDADE DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA CONSISTENTE NA DEVOLUÇÃO DO BEM. PLEITO ACOLHIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1.(...)

2. Mostram-se, outrossim, abusivas e, portanto, nulas, as cláusulas que determinam, em razão do inadimplemento, a perda do VRG e a obrigação de pagamento das prestações vincendas, mesmo após estar o arrendante na posse do bem arrendado. Correta a sentença que, em face dos vícios proclamados, rescinde a avença celebrada entre as partes.”²⁶⁴

Decisão 2 – Apelação Cível, Processo nº. 2002. 01. 1. 036979-5

²⁶⁴ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 4 T. *Apelação Cível, Processo nº. 1999.01.1.044298-0*. Relatora: Desembargadora Carmelita Brasil. 5 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

Acórdão proferido pela 4ª Turma Cível, no dia 10/11/2003, nos autos do processo nº. 2002. 01. 1. 036979-5, em razão da interposição de Apelação Cível, e que teve como relator do processo o Desembargador Mário Machado. Recorrente: BB Leasing S/A – Arrendamento Mercantil; Recorrido: Wilson de Souza Ribeiro. Abaixo a referida ementa:

“COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. NULIDADE DA SENTENÇA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. CLÁUSULAS ABUSIVAS. CONTROLE EX OFFICIO. RESCISÃO CONTRATUAL. DEVOLUÇÃO DO VRG ANTECIPADO.
1. (...)
2. Restringe-se o princípio da autonomia da vontade frente ao princípio da boa fé, expressamente previsto pelo CDC, e ao da função social do contrato, que devem prevalecer diante de situações notoriamente desfavoráveis ao consumidor, que atentem contra a equidade, permitido ao juiz o controle do conteúdo contratual com supressão de cláusulas abusivas, a teor do art. 51, IV, e § 1º, III, do CDC.
3. Rescindido o contrato de arrendamento mercantil, adiantadas pelo arrendatário as parcelas relativas ao VRG, imperativa a devolução destas, sob pena de enriquecimento indevido do arrendante, diante da não consecução do fim colimado, causa do contrato, e em vista do qual parcelas foram antecipadas a título de preço de aquisição - VRG. Apelo a que se nega provimento.”²⁶⁵

Decisão 3 – Apelação Cível, Processo nº. 2002.07. 1 .004719-9

Acórdão proferido pela 5ª Turma Cível, no dia 10/04/2006, nos autos do processo nº. 2002 .07. 1. 004719-9, em razão da interposição de Apelação Cível, e que teve como relator do processo o Desembargador Benito Augusto Tiezzi. Recorrente: Cia. Itaú leasing de Arrendamento Mercantil – Grupo Itaú; Recorrido: Marcos Tadeu Rosendo da Silva. Abaixo a referida ementa:

“CIVIL E PROCESSO CIVIL - ARRENDAMENTO MERCANTIL - RELAÇÃO DE CONSUMO - DECLARAÇÃO DE OFÍCIO DE NULIDADE DE CLÁUSULA DO CONTRATO - INOCORRÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA - RESCISÃO DO CONTRATO E REINTEGRAÇÃO DO ARRENDANTE NA POSSE DO BEM - DEVOLUÇÃO DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO (VRG) - RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.
1. Os contratos de arrendamento mercantil são regidos pelas normas de proteção e defesa do consumidor, normas de ordem pública, (art. 1º do CDC). Conseqüentemente, o descumprimento destas normas, por envolver

²⁶⁵ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 4 T. *Apelação Cível, Processo n.º. 2002. 01. 1. 036979-5*. Relator: Desembargador Mario Machado. 10 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

questão de ordem pública, não sofre preclusão e pode ser conhecido de ofício pelo juiz.

2. As cláusulas insertas no contrato de arrendamento mercantil que sejam abusivas ou coloquem o consumidor em desvantagem exagerada ou, ainda, sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade, são nulas de pleno direito, a teor do que dispõe o art. 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor.

3. Deste modo, se no contrato de arrendamento mercantil há cláusula prevendo a perda ou retenção do VRG, não há julgamento extra petita, quando o juiz, verificando a nulidade desta cláusula, assim a declara e determina a sua devolução.

4. A forma de pagamento do VRG insere-se na liberdade dos contratantes, que podem avençar o seu pagamento antecipado e parcelado, sem que, com isso, implique na opção antecipada da compra (súmula 293 do STJ). Nesta hipótese, os valores pagos a este título formam um ativo do arrendatário e passivo do arrendante, e assim permanecem enquanto não for feita a opção pela compra do bem.

5. Se o contrato foi rescindido e o apelante reintegrado na posse direta do bem, impõe-se a devolução do VRG pago antecipadamente, de modo que nenhuma das partes se beneficie em detrimento da outra.

6. Recurso de apelação conhecido e improvido.²⁶⁶

Decisão 4 – Apelação Cível, Processo nº. 2010.01.1.182240-2

Acórdão proferido pela 3ª Turma Cível, no dia 28/09/2011, nos autos do processo nº. 2010.01.1.182240-2, em razão da interposição de Apelação Cível, e que teve como relator do processo o Desembargador Humberto Adjuto Ulhoa. Recorrente: Banco Itaúcard S/A; Recorrida: Gabriella Marinho de Andrade. Abaixo a referida ementa:

“CONSUMIDOR - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE E AÇÃO REVISIONAL - ARRENDAMENTO MERCANTIL - RESOLUÇÃO POR INADIMPLENTO - VALOR RESIDUAL GARANTIDO - DEVOLUÇÃO - OBRIGATORIEDADE - DESPESA DE REGISTRO DE CONTRATO E INCLUSÃO DE GRAVAME ELETRÔNICO - ABUSIVIDADE - NULIDADE - SENTENÇA MANTIDA.

1. Se o contrato de arrendamento mercantil foi resolvido com a reintegração de posse do bem pelo arrendador, a devolução do vrg torna-se obrigatória, porquanto este é um adiantamento do valor residual, que seria pago ao final do contrato de leasing, caso o arrendatário decidisse pela aquisição do bem. se este valor, pago antecipadamente, permanecesse como crédito do arrendador, restaria configurado o enriquecimento ilícito.

2. (...)

3. Recursos conhecidos e não providos.²⁶⁷

²⁶⁶ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 5 T. *Apelação Cível, Processo n.º. 2002. 07. 1. 004719-9*. Relator: Desembargador Benito Augusto Tiezzi. 10 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

DECISÃO 5 – Apelação Cível, Processo nº. 2011.01.1.072584-7

Acórdão proferido pela 1ª Turma Cível, no dia 05/12/2012, nos autos do processo nº. 2011.01.1.072584-7, em razão da interposição de Apelação Cível, e que teve como relator do processo o Desembargador Alfeu Machado. Recorrente: Pedro Gonçalves dos Santos Neto; Recorrido: Banco Itaú S/A. Abaixo a referida ementa:

“DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. BANCÁRIO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CLÁUSULA QUE SUPRIME O DIREITO DE O ARRENDATÁRIO SER RESTITUÍDO DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO - VRG, CASO OPTE PELA DEVOLUÇÃO DO BEM AO TÉRMINO DO PRAZO CONTRATUAL. ABUSIVIDADE. ART. 51, INCISOS I E II, DO CDC. COBRANÇA DE TARIFA DE CADASTRO, RESSARCIMENTO DE REGISTRO DE CONTRATO, INCLUSÃO DE GRAVAME ELETRÔNICO, TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BENS E RESSARCIMENTO DE DESPESA DE PROMOTORES DE VENDA. AUSÊNCIA DE CONTRAPRESTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SEGURO DE RISCO PESSOAL. CONTRATAÇÃO FACULTATIVA E EM BENEFÍCIO DO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. O contrato de arrendamento mercantil é um negócio jurídico misto, possuindo características de locação e de compra e venda, em que a prestação mensal é composta pelo valor residual garantido antecipado, que será devido apenas ao final com o exercício da opção de compra, e pela contraprestação mensal pela utilização do bem arrendado, que é a remuneração pela concessão do crédito.

2. Não havendo o exercício da opção de compra pelo arrendatário, o mesmo faz jus à devolução do valor residual garantido - vrg pago antecipadamente. Entretanto, se houver rescisão antecipada da avença em decorrência de seu inadimplemento, a devolução será devida apenas após a venda do bem, e poderá não ser integral, por ser lícito ao arrendador efetuar a compensação de débitos pendentes, e de outros prejuízos advindos do descumprimento contratual injustificado.

3. É nula a disposição contratual que dispõe, em caso de o arrendatário optar pela devolução do bem ao final do contrato, que não terá direito à restituição do valor residual garantido - vrg, mas apenas ao saldo remanescente decorrente do valor obtido com a venda do bem pela melhor oferta à vista, abatidas eventuais despesas, por impor ao consumidor a devolução de valor de natureza diversa, com proveito economicamente incerto, em violação ao art. 51, incisos i e ii do cdc.

(...)

7. Recurso conhecido e parcialmente provido, preliminar rejeitada.”²⁶⁸

²⁶⁷ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 3 T. *Apelação Cível, Processo n.º. 2010.01.1.182240-2*. Relator: Desembargador Humberto Adjuto Ulhoa. 28 set. 2011. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>> . Acesso em: 30 fev. 2013.

²⁶⁸ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 1 T. *Apelação Cível, Processo n.º. 2011.01.1.072584-7*. Relator: Desembargador Alfeu Gonzaga Machado. 5 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>> . Acesso em: 30 fev. 2013.

Decisão 6 - STJ – Recurso Especial nº. 1.099.212/RJ

Acórdão proferido pela 2ª Seção, no dia 27/02/2013, em razão da interposição do Recurso Especial nº. 1.099.212, e que teve como relator do processo o Ministro Massami Uyeda. Recorrentes: Affonso Pernet e Nair Vetura Advogados; Recorrido: Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil. Abaixo a referida ementa:

“RECURSO ESPECIAL. REPETITIVO. RITO DO ARTIGO 543-C DO CPC. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. INADIMPLEMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. VALOR RESIDUAL GARANTIDOR (VRG). FORMA DE DEVOLUÇÃO.

Para os efeitos do artigo 543-C do CPC: “Nas ações de reintegração de posse motivadas por inadimplemento de arrendamento mercantil financeiro, quando o produto da soma do VRG quitado com o valor da venda do bem for maior que o total pactuado como VRG na contratação, será direito do arrendatário receber a diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos contratuais”.

Aplicação ao caso concreto: recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte não provido.”²⁶⁹

Após a listagem dos acórdãos selecionados para análise, passemos a percorrer o teor das decisões proferidas por dois tribunais brasileiros relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil, especificamente, quanto à estipulação de Valor Residual Garantido por parte das arrendantes a ser pago durante a vigência dos contratos de arrendamento mercantil e as consequências jurídicas desta previsão com relação aos arrendatários.

O intuito da análise em tela é sintetizar o entendimento adotado pelos julgadores e demonstrar distorções na aplicabilidade dos contratos de *leasing* no mercado brasileiro, principalmente nas relações tipicamente de consumo, nas quais se verificam o consumidor adquirente do bem como destinatário final.

Decisão 1- Apelação Cível Processo nº. 1999.01.1.044298-0

A relação jurídica entre as partes originou-se da celebração de um contrato de arrendamento mercantil, o qual tinha por objeto um veículo automotor

²⁶⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *Recurso Especial n.º. 1.099.212/RJ*. Relator: Ministro Massami Uyeda. 27 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 6 abr. 2013.

destinado ao apelado. Ocorre que o recorrido ajuizou causa de rescisão da relação contratual com pedido de antecipação de tutela, pleiteando, entre outras solicitações, a declaração de nulidade de cláusulas insertas no contrato firmado, fundamentando seu pedido nas previsões contidas no Código de Defesa do Consumidor.

Ao apreciar o feito, a Desembargadora Carmelita Brasil se posicionou quanto ao julgamento proferido no juízo *a quo*, especialmente no que tange a nulidade das disposições contratuais que determinem, quando da rescisão antecipada do contrato de arrendamento mercantil, a perda do arrendatário dos valores pagos antecipadamente a título de Valor Residual Garantido, e também sobre a suposta obrigação deste em efetuar o pagamentos das prestações vencidas e a vencer, as primeiras acrescentando-se os juros moratórios.

Para a relatora, a sentença não merecia reforma quanto a esse ponto por estar de acordo com os ditames legais e com a jurisprudência daquele período. Salientou que o contrato de arrendamento mercantil possui como característica própria a similaridade com o contrato de locação, no entanto, prevendo a viabilidade de aquisição do bem ao término do contrato. Desta forma, os valores pagos durante a vigência do termo pactuado (compostos pelo preço de aluguel do bem, somado ao Valor Residual Garantido antecipado), seriam utilizados na amortização do valor devido caso houvesse o interesse do arrendatário em adquirir o objeto do contrato, restando-lhe apenas o pagamento de pequena quantia denominada valor residual. Ao final, o somatório das quantias cobradas pela arrendante a título de locação deveria ser suficiente para cobrir o valor despendido ao adquirir o bem e ainda proporcionar ao arrendador retorno lucrativo.

Observa a magistrada que na situação apreciada, o Valor Residual Garantido cobrado para a potencial opção de compra ao término do contrato, é exacerbado, e por tal motivo retiraria do devedor a possibilidade de outra opção que não a de adquirir o bem neste término. Ideia fortalecida com a menção da arrendante de que o VRG cobrado tinha por intuito o abatimento do valor mensal devido, contrariando a essência do contrato. Assim, afirma a Desembargadora haver nítida descaracterização do contrato de arrendamento mercantil na relação jurídica em tela por ter a arrendante notório intuito de venda do produto e não de locação como deveria prevalecer.

No mencionado julgado listou alguns acórdãos nos quais eram considerados descaracterizados os contratos de *leasing* por haver antecipada a cobrança do VRG, esclarecendo que na verdade o valor deveria ser pago facultativamente pelo arrendatário, não obstante, com isso, qualquer das tríplices opções a que tem direito, as quais sejam: adquirir o bem, devolvê-lo ou comprá-lo. De acordo com o seu entendimento, a cobrança antecipada do VRG, em caráter obrigatório, na verdade tornaria o contrato um típico contrato de compra e venda, já que cercearia outra opção para o arrendatário.

Foi observado o teor do Enunciado da Súmula 263 do Superior Tribunal de Justiça, que previa: “a cobrança antecipada do valor residual (VRG) descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em compra e venda à prestação”²⁷⁰, e ainda que a cobrança das prestações vincendas é indevida por apenas o uso do bem pela arrendatária ensejar o pagamento desta contraprestação. Na situação, devolvido o bem para a arrendante, não mais haveria razão para cobrar prestações futuras.

Finalmente ao apreciar a viabilidade de devolução do VRG, alega a relatora que estando o instituto diretamente relacionado à opção de compra do bem arrendado, não sendo esta a opção do arrendatário, cabível seria a devolução da quantia desembolsada antecipadamente. Caso não fosse possibilitada, estar-se-ia diante de notório enriquecimento ilícito por parte da arrendante, uma vez que o VRG não faz parte da contraprestação pactuada, estando a retenção do valor vinculada a opção de compra por parte do arrendatário. É citado pela magistrada:

“O montante pago a título de valor residual garantido (VRG) deve ser restituído sob pena de configurar enriquecimento ilícito por parte da Instituição Financeira, uma vez que este valor é garantia para aquisição futura do bem, e não contraprestação ou abatimento do preço que possa ser retido pelo arrendador”.²⁷¹

No supramencionado acórdão os Desembargadores Silvânio Barbosa, revisor, e Mário-Zam Belmiro, vogal, concordaram com o voto proferido pela relatora, razão pela qual foi dado provimento, em discussão unânime, ao recurso.

²⁷⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Súmula 263*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1408550/sumula-263-stj>>. Acesso em: 1 out. 2012.

²⁷¹ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 5 T. *Apelação Cível, Processo n.º 1998.01.1.0420683*. Relator: Desembargador Asdrúbal Nascimento Lima. 27 set. 2000. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

Ao analisar o acórdão, percebe-se que a decisão foi tomada em um período em que o Superior Tribunal de Justiça considerava a obrigatoriedade da antecipação do VRG descaracterizadora do contrato de *leasing*. Nesse interregno, consoante mencionado, o Enunciado da Súmula 263 do STJ estava ainda em sua plena vigência e, portanto, os tribunais se manifestavam contrariamente a antecipação do VRG. Nos próximos julgados será percebido que esse posicionamento passou a ser rechaçado nos tribunais e, em consequência, foi elaborado o Enunciado da Súmula 293 do STJ, o qual viabilizou a antecipação do VRG sem prejuízo para a validade do contrato de arrendamento mercantil.

Apesar do entendimento anterior esboçado pelos juristas em que se afirmava a impossibilidade de se obrigar o arrendatário a antecipar o VRG nos contratos de arrendamento mercantil, os Desembargadores da referida Turma se posicionavam pela obrigatoriedade da devolução do VRG pago, caso o arrendatário tivesse optado por não adquirir o objeto contratado, considerando as estipulações em contrário abusivas.

Decisão 2 – Apelação Cível, Processo nº. 2002.01.1.036979-5

Analisa-se Apelação Cível constante nos autos da causa de rescisão da relação contratual de arrendamento mercantil apresentada por Wilson de Souza Ribeiro, ora apelado, em desfavor de BB Leasing S/A – Arrendamento Mercantil, ora apelante.

O autor almejava com a demanda ajuizada rescindir a relação contratual de arrendamento mercantil celebrada entre recorrente e recorrido e pleiteava ainda a devolução do VRG pago em antecipação. Contestou o réu os pedidos feitos pelo autor, alegando que o contrato celebrado por ambos havia previsões que deveriam ser mantidas em respeito ao princípio *pacta sunt servanda* e outros típicos do direito privado.

Prolatada sentença, o juízo *a quo* entendeu por não acatar os argumentos manifestados pelo réu condenando-o à restituição do VRG, uma vez que o arrendatário optou por não adquirir o veículo objeto do contrato. Inconformado, o réu interpôs apelação com o intuito de ver declarada a nulidade da sentença, por não ter

o magistrado *a quo* expressamente se manifestado quanto às cláusulas contratuais alegadas na contestação. Quanto a esta indagação preliminar, considerou o Desembargador Mário Machado, relator do feito, infundada a alegação de nulidade da sentença haja vista o magistrado *a quo* ter embasado a sua sentença pertinentemente, não sendo necessária a exaustiva manifestação sobre todos os fundamentos alegados na inicial e na contestação.

Adentrando-se ao mérito, defendeu o relator a incidência do CDC nos contratos de arrendamento mercantil, especialmente, tratando-se de contrato firmado entre instituição financeira e pessoa humana como destinatária final do veículo arrendado, ou seja, sem que haja intuito empresarial do uso do bem. Nesse caso, demonstrado estaria o preenchimento de condições para serem consideradas ambas as partes consumidora e fornecedora nos termos do CDC.

Quanto à manutenção das cláusulas insertas no contrato prevendo:

“Cláusula 13.1 - A rescisão deste contrato requerida pela arrendatária obrigá-la-á a providenciar a imediata devolução dos bens à BB-*leasing*, a suportar todos os ônus, inclusive e principalmente de ordem pecuniária, que se tenham originado de obrigações contraídas pela BB-*leasing* com terceiros em razão deste contrato, bem como do valor total dos tributos que serão devidos pela BB-*leasing* em decorrência da descaracterização da operação e, ainda, a indenizar a BB-*leasing* pelo montante correspondente ao VPE e multa de 10% (dez por cento), sobre este valor, motivada pela rescisão. **Cláusula 11.5** - O VALOR DE PERDA ESTIPULADO –VPE – Ocorrendo rescisão, a arrendatária será responsável pelos ressarcimento dos prejuízos causados à BB-*leasing*, por danos emergentes e lucros cessantes. Corresponderá sempre à quantia resultante do somatório das contraprestações e VRG vencidos e não pagos, acrescidos dos encargos moratórios previstos na Cláusula 12: mais a soma das contraprestações e VRG vincendas na data da devolução ou recuperação do(s) bem(s) arrendado(s). O valor devido, apurado dessa forma, será corrigido mensalmente, no período compreendido entre a data da devolução ou recuperação do(s) bem(s) arrendado (s) e a data do efetivo pagamento, pela variação da TR ou outro índice que legalmente venha a substituí-la, na forma da cláusula 07.1, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, deduzido o valor de venda do(s) bem(s) arrendado (s).(...)”²⁷²

Afirmou o relator serem abusivas por imporem ao arrendatário o pagamento de quantias não relacionadas às despesas do contrato celebrado entre as partes. Com isso, a estipulação de valores pelo arrendante a serem pagos pelo arrendatário que envolvam unicamente o risco profissional do primeiro, sem que haja

²⁷² BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 4 T. *Apelação Cível, Processo n.º. 2002. 01. 1. 036979-5*. Relator: Desembargador Mário Machado. 10 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

relação direta com o contrato celebrado com o arrendatário, violaria inúmeros princípios do CDC, a citar, o princípio da boa-fé objetiva.

Para o magistrado não poderia a arrendante transferir tais riscos ao arrendatário, parte vulnerável na relação, sob pena de contrariedade, inclusive, ao diploma consumerista. Por tal motivo, infundado o argumento de violação ao princípio *pacta sunt servanda*, pois alegar a plausibilidade das cláusulas insertas contrariaria deveres gerais de conduta que devem reger a todos os contratos. Além disso, o princípio da autonomia da vontade deve ser flexibilizado quando da regência do CDC, uma vez que este ordenamento possui princípios próprios como, por exemplo, o da boa-fé e o da função social do contrato, devendo estes princípios prevalecerem em típicas relações de consumo. Ao final caberia ao judiciário coibir cláusulas abusivas no contrato, zelando pela equidade, nos termos do art. 51, IV e §1º, III do CDC.

Após considerar visivelmente desarrazoadas as cláusulas do contrato, sendo a defesa do consumidor matéria de ordem pública e não afetada pela preclusão, declarou-as de ofício nulas em respeito ao CDC.

Seguindo a apreciação do mérito constatou que durante a vigência do contrato foi pago VRG antecipado e diluído em parcelas mensais, somadas ao valor pago a título de contraprestação pelo aluguel. Sendo o instituto, pelo entendimento do relator, valor previsto para amortizar o preço de aquisição do bem ao término do contrato, caso o arrendatário opte por adquiri-lo, uma vez que essa não seja a sua opção, imperativa é a devolução do VRG, do contrário, estar-se-ia configurado enriquecimento ilícito por parte do arrendador.

Com as mesmas ponderações manifestou-se o revisor do feito, o Desembargador Sérgio Bittencourt, ressaltando que o VRG quando não exercida a sua finalidade, deve ser restituído ao arrendatário, já que o bem teria retornado a posse do arrendante. O Desembargador Cruz Macedo votou favorável ao entendimento da Turma, tendo sido o recurso negado provimento, por unanimidade, na preliminar e o no mérito.

É notório que a discussão envolve a prevalência dos princípios que regem a relação consumerista em detrimento dos típicos princípios contratuais de direito privado, em especial o da autonomia da vontade. No julgado apresentado, a assente

flexibilidade quanto à validade das cláusulas contratuais estabelecidas pelo arrendador origina-se também do contrato de arrendamento mercantil ser um típico contrato de adesão e por tal razão as cláusulas que constam em seu conteúdo não são previamente discutidas entre as partes. Diante disto, caberia ao judiciário, sendo provocado, restabelecer o equilíbrio entre os contratantes ao observar que o contrato celebrado onera em demasia e de forma desarrazoada o pólo passivo (no caso enquadrado na figura do arrendatário), declarando a nulidade das cláusulas ensejadoras de desequilíbrio denominadas cláusulas abusivas.

Percebe-se que dentre os enunciados assim considerados pelos Desembargadores, estariam aqueles que prevêm a perda do VRG antecipado pelo arrendatário quando da rescisão da relação contratual. Esta cláusula, consoante sinalizado pelos magistrados, além de ocasionar o enriquecimento sem causa por parte do arrendador, fere características inerentes ao contrato de arrendamento mercantil, a qual seja a possibilidade de o arrendatário optar se vai adquirir o bem, devolver ou renovar o contrato ao término deste, e não optando por adquirir, que possa ter o VRG restituído.

Decisão 3 – Apelação Cível Processo nº. 2002.07. 1. 004719-9

Apelação interposta no Processo de nº. 2002.07.1.004719-9, tendo como origem o ajuizamento de causa de rescisão contratual por Cia Itaú *Leasing* de Arrendamento Mercantil, ora apelante, em face de Marcos Tadeu Rosendo da Silva, por consequência apelado,

A recorrente afirma que celebrou contrato de arrendamento mercantil financeiro com o recorrido, no qual era objeto um veículo Fiat Tipo SLX, entretanto, a partir de determinado período da vigência do contrato, o arrendatário tornou-se inadimplente, razão que ocasionou o pedido de rescisão da relação contratual, cumulado com o pedido de retomada da posse do veículo contratado.

Contestada a demanda, o demandado alegou, entre outros argumentos, tratar-se de contrato de compra e venda em detrimento do contrato de *leasing* alegado pelo autor, mencionando a natureza adesiva dos contratos bancários e a égide do CDC no termo contratual pactuado. De acordo com o alegado pelo

requerido, normas de ordem pública e o interesse social deveriam prevalecer sobre as cláusulas avençadas, principalmente por considerar o contrato celebrado portador de nulidades em determinadas cláusulas resolutórias.

Ao apreciar os pedidos, reconheceu a magistrada de primeira instância a procedência do pleito de reintegração de posse, declarando a rescisão requerida pelo autor, no entanto, considerou nulas as cláusulas insertas no termo contratual que viabilizavam a perda das prestações adimplidas corretamente, sem que fosse devido pela arrendante o VRG pago em antecipação, por ferir frontalmente o art. 51, IV do CDC. Assim, condenou a recorrente a efetivar a devolução integral do Valor Residual Garantido desembolsado pelo recorrido durante a vigência do contrato, sendo descontado do montante a ser restituído possíveis prestações inadimplidas. Considerou, ainda, entre suas ponderações a possibilidade de antecipação do VRG, não ensejando esta cláusula descaracterização do contrato de arrendamento mercantil.

A apelante interpôs o recurso ora em análise, por entender a sentença *ultra petita* ao condenar a autora ao pagamento de VRG sem que houvesse pedido expresso por parte da ré, e, também, por entender incabível a devolução do VRG.

O Desembargador relator Benito Tiezzi, ao analisar o recurso, entendeu não ter havido julgamento *ultra petita* na sentença, por ser os contratos de arrendamento mercantil regidos pelo CDC e este prever expressamente a nulidade das cláusulas constantes em contratos de consumo que se apresentem abusivas. Assim, sendo a normativa do CDC considerada de ordem pública, deverá qualquer violação ao seu texto ser declarada de ofício pelo Juízo atuante, livre, inclusive, da alegação de preclusão.

Além disso, de acordo com o relator, a devolução do VRG após a rescisão da relação contratual de arrendamento mercantil, tendo sido reintegrado o arrendante na posse do bem pactuado, é consequência do tipo contratual não podendo ser determinada pela arrendante a perda dos valores pagos, sob pena de caracterizar-se o seu enriquecimento ilícito e ser quebrado o equilíbrio do contrato. Por esse motivo deve o judiciário apresentar eficiência em seus julgados, obstando os abusos cometidos, declarando-os, e, por fim, aplicando a lei como almejado pelo legislador.

Quanto ao mérito defendeu o Desembargador o novo posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, no qual foi cancelado o teor do Enunciado da Súmula 263, e aplicado novo entendimento pelo Enunciado da Súmula 293: “a cobrança antecipada do valor residual garantido não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.”²⁷³ Pela nova compreensão é livre às partes avençarem a antecipação do VRG, no entanto, não poderia o instituto ser aplicado em desconformidade à sua natureza. Ressaltou o relator que a estipulação do VRG configuraria um ativo para o arrendatário e passivo do arrendante até que fosse efetivada (ou não), a opção de compra ao término do contrato.

Esclareceu inclusive que o VRG seria utilizado para, quando do término do contrato, tendo o arrendatário optado pela compra do bem, amortizar parte do valor de aquisição deste possibilitando-o com isso o tornar proprietário do mesmo. Entretanto, uma vez que a opção de compra não fosse tomada pelo arrendatário, o bem deveria ser reintegrado na posse do arrendador e o VRG pago em antecipação, devolvido ao primeiro. Pelo relator, o adimplemento das parcelas pactuadas pelas partes seria condição para que o arrendatário pudesse ser mantido com a posse do bem, não o fazendo, o arrendante poderá recuperar a sua posse, todavia, sem reter valores indevidos, sob pena de enriquecimento ilícito.

Ao final, rescindida a relação contratual de arrendamento mercantil deveriam as partes retornar ao estado inicial, sendo quitados os valores devidos sem que ocorra excessivo ônus para qualquer delas.

No referido julgamento, a Desembargadora Leila Arlanch, na ocasião revisora, manifestou a sua concordância com o voto proferido pelo relator e ainda fortaleceu o entendimento de que as cláusulas consideradas abusivas inseridas nos contratos de consumo, como se depreende do art 6º, IV da Lei 8.078/90 juntamente com o art. 51, caput, incisos II e IV da referida Lei, deveriam ser reconhecidas de ofício, e assim, declaradas nulas de pleno direito. A finalidade desta conduta prevista pelo legislador e executada pelo judiciário nada mais seria do que zelar pelo equilíbrio contratual e pelo princípio da boa-fé que deve reger a todos os contratos.

²⁷³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Súmula 293*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1408550/sumula-293-stj>>. Acesso em: 1 out. 2012.

Quanto à devolução do VRG pago pelo arrendatário, a revisora tendo apreciado julgado anterior, cita trecho:

“(...) estes Tribunais têm, reiteradamente, decidido que depois de rescindido o contrato de *leasing*, pela mora do consumidor, cabe a devolução do valor residual garantido, porquanto se entende que esta não configura contraprestação ou abatimento do preço, passível de retenção pelo alienante, mas uma garantia para aquisição futura da coisa (...)”²⁷⁴

Finalmente, o Desembargador Silvânio Barbosa dos Santos também votou em conformidade com o relator, ocasionando a rejeição da Turma quanto a preliminar de nulidade da sentença e também negando provimento ao recurso.

Observa-se que no julgado em análise incontestável foi à incidência do CDC no contrato de arrendamento mercantil em tela, ocasionando os efeitos alegados pelos magistrados. Consoante entendimento esboçado no acórdão a presença de cláusulas de conteúdo abusivo nos contratos regidos pelo diploma consumerista enseja a declaração de nulidade dos enunciados de pleno direito, devendo a apreciação dos julgadores, sendo o caso, ocorrer *ex officio* quando a nulidade não for requerida pelas próprias partes.

Sendo o VRG considerado, no referido acórdão, valor dissociado do *quantum* devido pelo arrendamento do veículo e também, de acordo com os magistrados, tendo sua cobrança destinação específica nos referidos contratos, abusivas seriam as cláusulas propostas pelos arrendantes que desqualificasse essa natureza do VRG, tornando o valor pago propriedade do arrendador supostamente o enriquecendo ilícitamente.

O julgado ora apresentado demonstrou novamente a modificação do entendimento adotado pelos tribunais no que cerne a possibilidade dos arrendantes exigirem o pagamento de VRG antecipadamente aplicando o Enunciado da Súmula 293.

²⁷⁴ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 5 T. *Apelação Cível, Processo n.º. 2002. 07. 1. 004719-9*. Relator: Desembargador Benito Augusto Tiezzi. 10 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

Decisão 4 – Apelação Cível, Processo n.º. 2010.01.1.82240-2

Analisa-se Apelação Cível interposta nos autos de causa de revisão do contrato de arrendamento mercantil, na qual a parte ré apresentou reconvenção por desejar a reintegração de posse do bem contratado. Na situação, a recorrida Gabriela Marinho de Andrade celebrou contrato de arrendamento mercantil com o ora recorrente, Banco Itaúcard S/A, no qual era objeto um veículo automotor. No entanto, alegou a autora da demanda, que no referido contrato estavam insertas cláusulas de conteúdo abusivo e rechaçadas pelo CDC. Assim, almejava com o ajuizamento da causa que fossem declaradas nulas as cláusulas que previnham: a perda do valor residual garantido (VRG), cobrança de taxa interna de retorno do arrendamento mercantil, cobrança de taxa de inclusão de gravame, cobrança de despesa de promotora de venda, cobrança de ressarcimento de registro do contrato, dentre outros pedidos relacionados ao objetivo da demanda.

Apresentou a ré contestação seguida de reconvenção, a primeira a fim de que não fosse dado provimento aos pedidos de nulidade e a última pleiteando a devolução do bem contratado.

Ao apreciar o conteúdo das petições manifestou-se a juíza *a quo* em dar parcial provimento aos pedidos feitos pela autora no sentido de decretar a rescisão da relação contratual, bem como condenando a parte ré à devolução do VRG pago, devidamente corrigido pelo INPC. Ainda quanto às condenações, a magistrada considerou indevida as cobranças das taxas supramencionadas, devendo, portanto, serem restituídas, e também deu provimento ao pedido de reintegração de posse ofertado pela ré em reconvenção.

Irresignada, a ré, ora apelante, recorreu à decisão prolatada pelo juízo *a quo*, requerendo a improcedência do pedido de devolução do VRG, ou, em segunda opção, que esta devolução aguardasse a restituição do veículo/venda, após o pagamento dos débitos da recorrida pré-existentes. Pleitou também a não declaração de nulidade das cláusulas consideradas nulas pela decisão monocrática.

Quando da apreciação simultânea dos recursos pelo Desembargador Relator Humberto Adjuto Ulhoa, este fortaleceu a tese de que a previsão em contrato de arrendamento mercantil da obrigatoriedade de antecipação do VRG não

o descaracterizaria consoante entendimento atual pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, esboçado no Enunciado da Súmula 293.

Esclareceu o magistrado que pelo seu entendimento, a natureza do VRG seria de garantia e consistiria na “construção” de um fundo de reserva a ser utilizado pelo arrendatário caso este optasse por adquirir o bem ao término do contrato, não sendo considerado, portanto, contraprestação pelo uso do bem estabelecida pelo arrendante. Desse modo, mesmo que antecipado o VRG essa cobrança não ensejaria na opção de compra por parte do arrendatário, pois ao final poderia ainda ter as duas opções típicas do contrato, as quais sejam: devolver o bem ou renovar o contrato.

Na situação apresentada, não desejava a recorrida a propriedade do bem e por tal motivo, em conformidade ao entendimento esboçado pelo relator, procedente seria a restituição do VRG após a reintegração da posse do veículo à apelante. Qualquer retenção do VRG pago pela arrendante configuraria enriquecimento ilícito de sua parte, ocasionando grave afronta ao diploma consumerista, consoante art. 51, IV do CDC.

Quanto às cláusulas declaradas nulas pelo juízo *a quo* por conterem conteúdo abusivo, concordou o Desembargador Relator com a decisão uma vez que para ele a instituição financeira almejava reduzir gastos e riscos naturais da atividade que exerce, onerando o consumidor de forma abusiva. Finalmente não concedeu o pedido de devolução após a venda do veículo por considerar o pedido tardio.

Os Desembargadores João Mariosi, revisor, e Mário Zam-Belmiro, vogal, manifestaram-se a favor do relator, sendo negado, portanto, provimento aos pedidos do recorrente em unanimidade.

Em mais um julgado verificou-se a forte tendência do tribunal em negar às arrendantes a retenção do VRG pago pelos arrendatários por considerar esta devolução inerente ao instituto do arrendamento mercantil, quando não exercida a opção de compra, e consequentemente contrária aos ditames do CDC. Para os Desembargadores, este tipo de contrato, especialmente quando contratado com pessoas humanas não empresárias no pólo passivo, traria para a relação jurídica a proteção do CDC ofertada aos consumidores. Portanto, cláusulas que tentassem

modificar características que considerassem inerentes ao contrato, bem como as que onerassem desproporcionalmente o consumidor eram com veemência declaradas nulas pelo judiciário.

Decisão 5 – Apelação Cível, Processo nº. 2011.011072584-7

Trata-se de Apelação Cível interposta por Pedro Gonçalves dos Santos Neto nos autos de causa de rescisão da relação contratual, com pedido de declaração de nulidade de cláusulas insertas em contrato de arrendamento mercantil, ajuizada pelo apelante. O contrato foi celebrado com Banco Itaú S/A, na ocasião apelado, e tinha por objeto um veículo automotor. Irresignado com a sentença proferida pela juíza *a quo*, a qual considerou improcedentes os pedidos requeridos na inicial, em desfavor do requerido, o recorrente interpôs o referido recurso.

Dentre as justificativas para postular a reforma da sentença, arguiu quanto ao mérito, especialmente, que fossem consideradas nulas as cláusulas contratuais que lhe obstavam a devolução do VRG, caso optasse por não adquirir o veículo, bem como a cobrança de outras tarifas previstas no contrato excessivamente onerosas, devidamente delimitadas pelo recorrente.

Ao analisar o mérito alegado pelo apelante reiterou o relator Alfeu Gonzaga Machado conceitos relacionados à natureza do VRG, principalmente por assemelhá-lo a um fundo de reserva destinado a possível opção de compra do bem pelo arrendatário ao término do contrato. Salientou que a parcela do VRG não se confunde em nenhuma hipótese com as prestações típicas de contratos de mútuo, uma vez que, diferentemente deste tipo de contrato, as parcelas do arrendamento mercantil seriam compostas pelo VRG antecipado, bem como pelo valor cobrado pela utilização do veículo (este sim sendo considerado contraprestação pela concessão do crédito). Portanto, efetuando-se a rescisão da relação contratual e restituído o bem ao arrendador, cabível seria a devolução do VRG antecipado ao arrendatário.

Apesar da alegação de obrigatoriedade da devolução do VRG, inclusive já pacificada pelo Tribunal, ressaltou o relator o preenchimento de determinadas

condições para que o autor pudesse ter o valor restituído na sua integralidade. Para ele, nos casos em que ocorresse rescisão da relação contratual, antes do período previsto para tal, em razão de inadimplência do arrendatário, teria este de arcar com encargos previstos nos contratos, a citar: contraprestações não pagas até que o bem seja reintegrado na posse do arrendante, despesas originadas da alienação do veículo (caso seja previamente estabelecido), despesas oriundas da posse do veículo (multas, IPVA em atraso, seguro obrigatório) ou até possíveis custos do descumprimento do contrato. Assim, apenas depois de quitados os encargos vinculados ao contrato seria devolvido o VRG, podendo ser deduzidos desse valor os débitos existentes. Nesse sentido:

“Resolvido o contrato em razão de inadimplência, desaparece a faculdade do arrendatário de realizar a compra do bem ao final do contrato, sendo-lhe assegurada a restituição da quantia paga antecipadamente a título de VRG, após a compensação do montante com as prestações vencidas e demais encargos decorrentes da locação e que não tenham sido pagas pelo arrendatário antes do cumprimento da reintegração de posse.”²⁷⁵

Ao final, em que pese acreditar na obrigatoriedade da devolução do VRG quando o arrendatário não tenha optado pela aquisição do veículo, esta deverá ocorrer após a restituição do bem ao arrendante e seguido de sua venda, conforme estipulado em contrato, bem como poderia ser a devolução de forma não integral sendo possibilitado ao arrendador exigir compensações de débitos pendentes com o montante de VRG adiantado.

Alegou o relator também, com todas as ponderações realizadas, que no contrato celebrado entre as partes existiam cláusulas de conteúdo abusivo, devendo, portanto, serem declaradas nulas de pleno direito em conformidade ao art. 51, I, II do CDC. Relacionada ao VRG, rechaçava a cláusula que estabelecia que o arrendatário, quando não optasse por adquirir o bem ao término do contrato, não faria jus a devolução do VRG, mas a um saldo remanescente oriundo da alienação do veículo:

“32.4. Se o arrendatário optar pela restituição do veículo, a Arrendadora o venderá pelo melhor preço a vista, facultado ao arrendatário apresentar proposta de terceiros.

²⁷⁵ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 1 T. *Apelação Cível, Processo n.º 2011.11.1.0030945*. Relatora: Desembargadora Simone Lucindo. 10 out. 2012. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

32.4.1. Arrendadora entregará ao Arrendatário o produto da venda de veículo, deduzidas as despesas, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento.”
276

Finalmente foi declarada nula a supramencionada cláusula, inicialmente por considerar contrariar frontalmente as disposições do arrendamento mercantil, mas também por entender ensejar enriquecimento ilícito por parte da arrendante. De acordo com o relator, o referido enunciado estabelecia restituição de valor de natureza diversa, com benefício econômico incerto ao arrendatário. Considerou nulas outras cláusulas constantes do contrato encerrando o voto.

O Desembargador Flávio Rostirola, revisor, e o Desembargador Téofilo Caetano, vogal, manifestaram-se em conformidade ao relator, sendo dado parcial provimento a apelação em decisão unânime.

Verificou-se no julgado em análise novamente a tese de que a devolução do Valor Residual Garantido seria requisito obrigatório e inerente aos contratos de arrendamento mercantil. No entanto, diferentemente do que pudesse aparentar em alguns julgados apresentados, essa obrigatoriedade não inibiria que deveres contratuais pudessem ser exigidos do arrendatário, do contrário, estar-se-ia a permitir o seu próprio enriquecimento ilícito. Assim, nem todas as cláusulas que possam onerar de alguma forma o arrendatário seriam tidas por abusivas, uma vez que o contrato é tipicamente comutativo e exige prestações por ambos os contratantes. Caberia, por fim, ao judiciário manifestar-se sobre o teor e validade das mesmas a fim de coibir abusos de ambas às partes, estabelecendo equidade aos negócios celebrados.

Decisão 6 – Recurso Especial nº 1.099.212

Analisa-se Recurso Especial interposto nos autos de demanda de reintegração de posse, com pedido de provimento liminar, ajuizada por Safrá Leasing S/A Arrendamento Mercantil, arrendante, em face de Affonso Pernet e Nair Ventura Advogados, arrendatária.

²⁷⁶ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 1 T. *Apelação Cível, Processo nº 2011.01.1.072584-7*. Relator: Desembargador Alfeu Gonzaga Machado. 5 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

A relação jurídica entre as partes originou-se da celebração de contrato de arrendamento mercantil o qual tinha por objeto produtos de informática destinados ao empreendimento do arrendatário. Na ocasião do contrato foi determinado o adiantamento do Valor Residual Garantido, entretanto, após determinado período de vigência do acordo, o arrendatário, ora recorrente, tornou-se inadimplente.

Ao apreciar o caso em tela, tanto o juízo *a quo* quanto o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro entenderam pela procedência do pedido feito pela arrendante quanto à reintegração de posse. Irresignado, o arrendatário interpôs o presente RESP, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, por acreditar haver violações ao ordenamento jurídico nas decisões anteriores e, em especial, por divergirem de reiteradas jurisprudências exaradas pelo Superior Tribunal de Justiça.

Quanto ao objeto de estudo em análise, alegou o recorrente que tendo sido o bem reintegrado na posse pelo recorrido, o valor despendido durante o contrato a título de pagamento de VRG deveria retornar ao arrendatário ou, se restassem débitos a ser pagos por este, que fosse feita a compensação dos valores.

O tribunal *a quo* resolveu admitir o recurso, o qual foi escolhido como representativo da controvérsia, consoante previsão da Resolução nº. 8 do STJ. Constatada também a admissibilidade pelo STJ, o processo foi afetado seguindo o procedimento dos recursos repetitivos, sendo apreciado pela Segunda Seção do tribunal e tendo por relator o Ministro Massami Uyeda.

O Ministro Massami Uyeda ao iniciar a apreciação da matéria referente ao VRG, a qual seria: “a obrigação do arrendador devolver as quantias pagas antecipadamente a título de Valor Residual Garantido, nos casos em que o produto objeto do *leasing* for apreendido”²⁷⁷, elucidou o conceito de arrendamento mercantil esclarecendo a similaridade do contrato com o de locação propriamente dito. Salientou, no entanto, que na espécie contratual a arrendante adquire um bem determinado pelo arrendatário que será alugado a este, mas que ao término do contrato lhe será viabilizado optar: por renovar o contrato, devolver o bem contratado ou adquiri-lo por valor previamente determinado pelo arrendador (valor de mercado

²⁷⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. RESp n.º. 1.099.212. Relator: Ministro Massami Uyeda. 26 set. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

do objeto ou por Valor Residual Garantido). Sobre o contrato ressaltou ainda a possibilidade dos contratos de *leasing* preverem a antecipação do VRG consoante Enunciado da Súmula 293 do referido tribunal.

Mencionou o Ministro que a divergência com relação à matéria inicia no momento em que o arrendatário torna-se inadimplente na relação jurídica e que o bem retorna a posse do arrendador. Nesse caso qual seria a destinação do VRG pago em antecipação? O valor seria restituído ao arrendatário ou deverá ser destinado ao arrendante? Salientou o relator que o STJ tem reiteradamente se manifestado em diferentes julgados quanto à necessidade de devolução ou até compensação do VRG pago em antecipação quando a arrendante retoma a posse do bem, tendo a jurisprudência se consolidado em diversas Turmas do Tribunal, a citar:

“Com a resolução do contrato de arrendamento mercantil por inadimplemento do arrendatário e a consequente reintegração do bem na posse da arrendadora, faz-se devido o cumprimento das parcelas vencidas e em aberto até a retomada do bem pelo arrendatário, ressaltando seu direito quanto à devolução ou compensação em seu favor dos valores pagos antecipadamente a título de VRG. A diluição do valor residual ao longo do prazo contratual, cuja cobrança é feita juntamente com as parcelas das contraprestações, não impede que o arrendatário, por sua livre opção e interesse, desista da compra do bem objeto do contrato de *leasing*. Retomada a posse direta do bem pela arrendadora, extingue-se a possibilidade de o arrendatário exercer a opção da compra; por conseguinte, o valor residual, que antecipadamente vinha sendo pago para essa finalidade, deve ser devolvido. Precedentes.”²⁷⁸

Para fortalecer o entendimento mencionou o Relator inúmeros julgados em que a devolução do VRG era prevista pelo Tribunal, e afirmou:

“Enfim, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está pacificada no sentido de que retomada a posse direta do bem pela arrendante, por meio da ação de reintegração de posse, extingue-se a possibilidade de o arrendatário adquirir o bem, devendo ser-lhe devolvido o valor residual pago antecipadamente. Negar-se essa possibilidade ao arrendatário acarretaria, inclusive, enriquecimento ilícito da arrendante.”²⁷⁹

Ressaltados todos os inúmeros posicionamentos do STJ sobre a matéria, propôs o relator que pelo procedimento dos recursos repetitivos, fosse consolidada a tese: “nos contratos de arrendamento mercantil, *leasing*, retomada a posse direta do

²⁷⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 4 T. *AgRg no Ag n.º 1.383.974*. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. 1 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

²⁷⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *REsp n.º 1.099.212*. Relator: Ministro Massami Uyeda. 26 set. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

bem pelo arrendante, extingue-se a possibilidade de o arrendatário adquirir o bem, razão pela qual deve ser devolvido o valor residual pago antecipadamente.”²⁸⁰

Com isso, ao caso concreto considerou parcialmente procedente o RESP, para que fosse viabilizada ao arrendatário a devolução do VRG.

Após o voto proferido pelo relator, Ministro Massami Uyeda, pediu vista do processo o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva e posteriormente esboçou entendimento divergente daquele exarado pelo primeiro, com a proposição de solução diversa para a controvérsia da devolução do VRG quando da inadimplência do arrendatário.

O ministro relatou considerações sobre o VRG mencionadas em julgado anterior²⁸¹ proferido pelo Tribunal no qual o VRG não se limitaria a ser pago nas circunstâncias em que fosse feita a opção de compra do bem contratado pelo arrendatário, mas também como instituto previsto em favor do arrendador, a fim de que este recuperasse o valor despendido com o contrato. O VRG seria, portanto, uma garantia ao arrendante de valor mínimo a ser recebido pela celebração do contrato. Nesse sentido a Portaria MF nº. 564/78 conceitua o VRG:

"Preço contratual estipulado para o exercício da opção de compra, ou valor contratualmente garantido pela arrendatária que será recebido pela arrendadora na venda a terceiros do bem arrendado, na hipótese de não ser exercida a opção de compra.”²⁸²

Esclareceu o magistrado que o STJ já manifestou entendimento de que o pagamento do VRG antecipado não se fundamenta exclusivamente para uma possível opção de compra pelo arrendatário ao término do contrato, mas também consubstanciaria em uma garantia ofertada ao arrendante de que caso o arrendatário decida por não adquirir o bem pactuado, será assegurado o recebimento de determinada quantia fixada em contrato ao primeiro.

²⁸⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *RESp* n.º. 1.099.212. Relator: Ministro Massami Uyeda. 26 set. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

²⁸¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Corte Especial. *EREsp* n.º. 213.828/RS. Relator: Ministro Edson Vidigal. 7 maio 2003. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

²⁸² BRASIL. Ministério da Fazenda. *Portaria MF* n.º. 564/78. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=RESOLUCAO+564+%2F78%2C+DO+BACEN&s=jurisprudencia>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

Seguindo com o voto, o Ministro Villas Bôas Cueva mencionou acórdãos proferidos pelo STJ nos quais os entendimentos quanto à devolução (ou não) do VRG são controversos no próprio tribunal:

“(...) De fato como está no paradigma, 'o valor residual garantido (VRG) é o preço contratualmente estipulado para o exercício de opção de compra ou valor contratualmente garantido pela arrendatária como mínimo que será recebido pela arrendadora na venda a terceiros, do bem arrendado, na hipótese de não ser exercida a opção de compra'.

Não tem amparo legal algum, determinar, na ação de reintegração de posse, que seja feita a devolução antecipada do VRG, sendo certo que, reintegrada a arrendadora na posse do bem, deve ela providenciar a venda do mesmo no mercado. A partir daí é que se vai cuidar da devolução do VRG, tudo na dependência do saldo. A devolução determinada no curso da ação da reintegração, sem mais nem menos, contamina a própria estrutura do contrato de arrendamento mercantil.”²⁸³

E ainda:

“Entendida como consequência da reintegração do bem à posse do arrendante, diante da resolução do contrato de arrendamento mercantil por inadimplemento do arrendatário, o acórdão que determina a devolução do valor residual garantido, pago antecipadamente, não extrapola os limites ação de reintegração de posse.”²⁸⁴

Relatou o Ministro que após determinado período da prolação dos julgados apresentados, novas ponderações foram feitas em acórdãos proferidos pelas Turmas do STJ relacionadas à matéria, como foi percebido no teor do voto exarado pela Ministra Nancy Andrighi:

“(...) entende-se que, havendo saldo de VRG, pago antecipadamente, a ser restituído após a venda do bem, é possível a compensação desse valor com o débito decorrente do inadimplemento de parcelas vencidas. Assim, peço vênia para, nesse ponto, discordar do posicionamento adotado pelo ilustre relator, pois, em conformidade com o precedente da Corte Especial, só caberá devolução do valor residual garantido e consequente compensação se a quantia obtida com a venda do bem a terceiro for superior ao valor pago antecipadamente pelo arrendante.”²⁸⁵

Em que pese os precedentes listados, ressaltou o magistrado que em diversos julgados prolatados pelo tribunal, posteriormente, foi considerada a necessidade da devolução do VRG, quando da reintegração da posse do bem pelo arrendador, sem que fossem devidamente delimitadas as condicionantes para tal, o que para ele ocasionou sérios gravames às instituições financeiras arrendantes e

²⁸³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *RESp* n.º. 294.779. Relator: Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. 8 out. 2001. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

²⁸⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *RESp* n.º. 445.954. Relator: Ministro Antônio de Pádua Ribeiro. 29 set. 2003. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

²⁸⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *RESp* n.º. 373.674. Relator: Ministro Castro Filho. 29 jun. 2004. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013

tendo por consequência a falta de incentivos às sociedades empresárias para exercer suas atividades celebrando o tipo contratual.

Alertou que no caso em análise, o valor recebido pela instituição financeira arrendante é muito inferior ao que havia sido acordado e, portanto, se ainda fosse viabilizada a devolução do VRG pago em antecipação, mesmo com a inadimplência da arrendatária, a arrendante sequer conseguiria restituir o valor desembolsado para adquirir os produtos indicados pelo arrendatário. Tal circunstância, para o Ministro, afrontaria flagrantemente o princípio da função social do contrato motivando os arrendatários à inadimplência e ao descumprimento dos termos contratuais, uma vez que não optando pela aquisição do objeto ou descumprindo as cláusulas pactuadas, faria jus a maior compensação financeira. Além disso, pouco lhe seria atribuído pelo custo de depreciação do bem que detém a posse.

Quanto às alegações ressaltou o Ministro que a essência do arrendamento mercantil financeiro em muito se assemelha a um financiamento, já que a instituição financeira arrendante, de modo geral, não possui o intuito de ter o bem novamente em sua posse. Salientou ainda, que o contrato tem por característica assegurar ao arrendador uma quantia mínima a receber pelo produto arrendado, a qual consubstanciaria no Valor Residual Garantido, de forma a resguardar o arrendante quando da hipótese do descumprimento do contrato pelo arrendatário e até caso este não opte por adquirir o bem ao término do contrato. Resgatou o art. 5º da Resolução de nº. 2.309/1996, no qual:

"Art. 5º. Considera-se arrendamento mercantil financeiro a modalidade em que:

I - as contraprestações e demais pagamentos previstos no contrato, devidos pela arrendatária, sejam normalmente suficientes para que a arrendadora recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação e, adicionalmente, obtenha um retorno sobre os recursos investidos;"²⁸⁶

Concluiu o Ministro que os valores pagos pelo arrendatário tanto pelo aluguel do bem, quanto pelo VRG na verdade compõem um todo que servirá para assegurar ao arrendante a recuperação do custo despendido com a compra do bem indicado pelo arrendatário, como também propiciará retorno ao seu investimento, uma vez que exerce atividade tipicamente lucrativa. Assim, devolvido o bem objeto

²⁸⁶ BRASIL. Banco Central do Brasil. *Resolução de nº. 2.309/1996*. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=096183464>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

do contrato, o produto de sua venda servirá para a quitação de saldo devedor do negócio e a partir daí, se o VRG antecipado pago pelo arrendatário somado ao produto da venda do bem exceder o VRG estimado pelo arrendador, este percentual sim deverá ser devolvido ao arrendatário, consoante estipulado contratualmente. Compreendeu o magistrado que apenas considerando o VRG da forma em que é aplicado em seu voto é que seria resguardado o equilíbrio financeiro contratual, e ainda:

“preservando sua função social como pactuação propícia à proteção da confiança, da boa-fé, pelo estímulo à adimplência e ao cumprimento dos contratos e, conseqüentemente, à redução dos custos financeiros, do *spread* bancário, da minoração das taxas de juros e, sobretudo, ao incremento da atividade econômica em geral, tudo a bem da construção de uma sociedade em que vigore a livre iniciativa, mas com justiça social.”²⁸⁷

Com todas as ponderações propôs o Ministro que para efeito do art. 543-C do CPC fosse consolidada a tese:

“Nas ações de reintegração de posse motivadas por inadimplemento de arrendamento mercantil financeiro, quando o produto da soma do VRG quitado com o valor da venda do bem for maior que o total pactuado como VRG na contratação, será direito do arrendatário receber a diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos contratuais”.²⁸⁸

Pelas razões esboçadas em seu voto, negou provimento ao recurso interposto.

Seguindo ao julgamento, os Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Galotti e Antônio Carlos Ferreira acompanharam o voto proferido pelo Ministro Villas Bôas Cueva, enquanto os Ministros Paulo de Tarso Sanseverino e Marco Buzzi manifestam-se pelo entendimento exarado pelo relator.

O Ministro Marco Buzzi afirmou em seu voto que sendo o recurso apreciado sob o procedimento de Recursos Repetitivos deveria ser consolidada tese de forma abstrata e abrangente. Dessa forma, a proposta do Ministro Massami Uyeda estaria em total acordo com o intuito do procedimento, uma vez que abarcaria a todos os julgados que constassem a matéria em discussão, possibilitando, inclusive, que fossem salvaguardados os direitos do arrendador quando da

²⁸⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *REsp* n.º 1.099.212. Relator: Ministro Massami Uyeda. 26 set. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

²⁸⁸ *Ibidem*.

existência de débitos do arrendatário no momento da restituição do VRG. Na mesma Sessão, pediu vista do processo a Ministra Nancy Andrighi.

Finalizando a apreciação do caso concreto, a Ministra Nancy Andrighi apresentou o seu voto-vista em sessão realizada no dia 27 de fevereiro de 2013. Iniciando as ponderações sobre o caso em epígrafe sintetizou a relatora:

“Cinge-se a controvérsia a estabelecer se, nos contratos de arrendamento mercantil financeiro, a devolução do Valor Residual Garantido, depositado antecipadamente, constitui corolário lógico da retomada da posse direta do bem pela arrendadora em virtude do inadimplemento do arrendatário.”²⁸⁹

Prosseguindo a análise elucidou que o contrato de *leasing* possuía similaridades com os contratos de financiamento, locação e até compra e venda, e, por tal motivo, detinha significativa complexidade. Corroborava para o entendimento da Ministra as possibilidades previstas ao arrendatário quando do término do contrato as quais seriam: a renovação do termo contratual, a aquisição do objeto contratado e até a devolução deste ao arrendador.

Continuando a esclarecer as características inerentes ao contrato de arrendamento mercantil, mencionou a prerrogativa conferida ao arrendador de obter retorno financeiro aos investimentos efetivados quando da celebração do contrato e ainda a possibilidade da estipulação de valor residual a ser pago antecipadamente ao término do contrato (Enunciado da Súmula 293 do Tribunal). Dessa forma, seria incabível a alegação de que o valor residual é exclusivamente destinado a ser utilizado na hipótese de opção de compra do bem por parte do arrendatário. Nesse mesmo sentido ressaltou o texto da Portaria MF n. 564/1978, alertando que possuía dupla finalidade:

“para a hipótese de o arrendatário decidir, ao final do prazo, comprar o bem, o montante respectivo funciona como preço contratual estipulado para o exercício dessa opção; para as outras hipóteses - rescisão do contrato ou devolução do bem -, o valor residual funciona como valor contratualmente garantido pela arrendatária como mínimo que será recebido pela arrendadora na venda a terceiros do bem arrendado. Esta última situação é a que vislumbra, especificamente, o chamado valor residual garantido ou em garantia (VRG).”²⁹⁰

Assim, uma vez que o VRG almejaria duas finalidades na circunstância de celebração do contrato de *leasing*, precipitado seria determinar a sua restituição ao

²⁸⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *RESp* n.º 1.099.212. Relator: Ministro Massami Uyeda. 26 set. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

²⁹⁰ *Ibidem*.

arrendatário, sem que fossem devidamente analisados os termos contratuais nos quais está inserido. Portanto, a resolução do contrato ensejada pelo inadimplemento do arrendatário, mesmo que o bem seja devidamente reintegrado na posse do arrendador não retiraria deste a garantia de recebimento de valor mínimo discriminado em contrato. Garantia essa inerente ao intuito lucrativo das instituições financeiras arrendantes e prevista expressamente nas disposições regentes do contrato.

No entanto, ressaltou a Ministra que, em que pese a garantia do arrendador de receber o *quantum* estipulado de VRG, procedente é a devolução do VRG pago se o arrendatário opta por devolver o bem ao arrendante, desde que sejam devidamente acertados outros débitos do arrendatário e garantido o mínimo a ser recebido pelo arrendador estipulado contratualmente.

Desse modo, concluiu a magistrada que a restituição do valor residual pago em antecipação pelo arrendatário deveria considerar o montante recebido pela arrendante com a venda do bem a terceiros e, especialmente, se ao finalizar o contrato teria feito jus ao recebimento do VRG previsto no contrato. Ou seja, antes da devolução do VRG pago pelo arrendatário deverá ser observada a existência de possíveis saldos devedores em seu desfavor.

Por todas as alegações descritas, acompanhou a magistrada o voto proferido pelo Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva e finalmente a Segunda Seção negou provimento ao recurso por maioria. Quanto à tese fixada sob o rito dos recursos repetitivos, ficou determinado o enunciado proposto pelo Ministro Ricardo Villas Bôas, o qual seja:

"Nas ações de reintegração de posse motivadas por inadimplemento de arrendamento mercantil financeiro, quando o produto da soma do VRG quitado com o valor da venda do bem for maior que o total pactuado como VRG na contratação, será direito do arrendatário receber a diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos contratuais" ²⁹¹

O intuito da tese adotada pelo STJ foi possibilitar a homogeneização dos julgados apreciados pelo tribunal em que constasse a controvérsia em tela, reduzindo-se a insegurança jurídica ocasionada, principalmente, pela diversidade de entendimentos prolatados relacionados à mesma matéria pelo Poder Judiciário.

²⁹¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *RESp* n.º 1.099.212. Relator: Ministro Massami Uyeda. 26 set. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

Diante de toda a doutrina abordada e dos julgados analisados a conclusão alcançada com a presente pesquisa será devidamente esboçada no tópico a seguir.

CONCLUSÃO

O duplo significado da expressão Valor Residual Garantido, utilizada nos contratos de *leasing*, trouxe grandes confusões em sua aplicação prática. A utilização de uma mesma terminologia para denominar finalidades antagônicas ocasionou a má utilização dos termos nos contratos celebrados e até nos julgados proferidos pelo Poder Judiciário, causando sérios gravames às instituições financeiras arrendantes, bem como aos arrendatários dos contratos. A importância de serem devidamente interpretados os conceitos do instituto é tal que permite que ambas as partes sejam resguardadas em seus direitos quando da celebração do tipo contratual.

É possível dizer que grande parte das divergências no entendimento da natureza do VRG possam ter sido ocasionadas pela falta de completude da Lei regente do contrato, principalmente pela ausência da expressão com o seu respectivo significado na referida. Dessa forma, um tema de fundamental importância para os contratos de *leasing* tem sido fragilmente esclarecido por resoluções e portarias, ocasionando insegurança quanto à validade de suas previsões.

A controvérsia inserida neste trabalho cingia em elucidar a real finalidade do VRG e quais possibilidades eram previstas ao arrendante e ao arrendatário quanto à estipulação de pagamento desse valor. Assim, sendo o VRG instituto previsto e natural dos contratos de arrendamento mercantil, poderiam as partes livremente dispor sobre a destinação e aplicação deste nos contratos celebrados ou deveriam respeitar as estipulações infralegais para uso do valor? Às sociedades empresárias arrendantes seria cabível utilizar em seus contratos formas diferenciadas para restituição do VRG e até obstar a sua devolução ao arrendatário quando não desejassem a aquisição do bem contratado?

Percebeu-se nos julgados apresentados que, do ano de 1999 até o presente o ano, os tribunais utilizaram posicionamentos diferenciados ao apreciarem os contratos de arrendamento mercantil. Nos quatro primeiros julgados, verificou-se que os magistrados interpretaram de forma literal e limitada a expressão VRG, considerando-o uma garantia exclusiva da arrendatária sem que fossem

devidamente observadas outras garantias do arrendador. Foram consideradas abusivas as cláusulas que obstavam a devolução do VRG por entenderem que esta devolução seria característica inerente ao contrato de arrendamento mercantil e que a retenção indevida desse valor configuraria enriquecimento ilícito por parte dos arrendantes, violando frontalmente o art. 51 do CDC e alguns de seus incisos. Nesse julgado podemos dizer que a arrendante teve preterido o seu direito de receber o Valor Residual Garantido nos termos em que lhe é resguardado, uma vez que interpretar o instituto unicamente em favor do arrendatário é deixar de reconhecer as verdadeiras finalidades de sua previsão.

Já no quinto julgado, em que pese haver a mesma previsão de devolução do VRG em favor do arrendatário, por também considerar instituto natural e inerente aos contratos de *leasing* e vinculado à opção de compra do bem, sendo considerada abusiva qualquer cláusula inserta em contrato que obstasse tal devolução, ponderou o magistrado que essa restituição deveria levar em conta os débitos existentes em face do arrendatário, principalmente por ter este inadimplido as parcelas pactuadas. Nesse caso, reconheceu o Desembargador que, existindo débitos em desfavor do arrendatário, poderia o VRG ser utilizado para compensar tais despesas, sendo restituído ao primeiro, após a amortização desses valores e a venda do bem. É notório que apesar da limitada interpretação do conceito de VRG, o magistrado considerou que os débitos oriundos do inadimplemento do contrato deveriam ser pagos pelo arrendatário.

Consoante demonstrado existia grande dissenso na interpretação da natureza do VRG previsto nos contratos de *leasing*, ocasionando decisões divergentes em diversos julgados apreciados pelos tribunais. A interpretação dúbia do valor tem ocasionado gravames às partes do contrato de arrendamento mercantil, abarrotando o judiciário de recursos a cada decisão proferida em todas as instâncias. Almejando padronizar a tese sobre o VRG, o STJ, após reiterados casos para apreciação, decidiu julgar a matéria pelo rito dos Recursos Repetitivos a fim de consolidar entendimento único quanto a devolução do valor.

O Superior Tribunal de Justiça ao analisar a controvérsia, reconheceu em decisão não unânime, vencido o voto proferido pelo relator Massami Uyeda, que o Valor Residual Garantido possui dupla finalidade e não se esgotaria como garantia do arrendatário, caso optasse pela aquisição do bem. Pelo contrário, seria também

garantia ao arrendador de recebimento mínimo de quantia paga pelo arrendatário caso este decidisse pela devolução do bem. Assim, reconheceu-se que não deveria o instituto ser interpretado de forma limitada e estrita em favor do arrendatário, devendo ser amplamente considerado em sua natureza, portanto, servindo, também, para assegurar ao arrendador contraprestação justa pela celebração do contrato.

Apesar de reconhecer a dupla conceituação do VRG, não negou o tribunal que este valor pago pelo arrendatário deveria ser-lhe devolvido. Para o tribunal, de fato, este também é um valor pago pelo arrendatário previsto para aquisição do bem, sendo apenas flexibilizada a forma de sua devolução. Diante disto, fixou-se o entendimento de que a restituição do valor residual pago em antecipação pelo arrendatário poderá ocorrer quando da devolução do objeto, desde que a arrendadora consiga auferir, com o valor da venda do bem a terceiro somado ao valor pago pelo aluguel do bem, a remuneração contratualmente estipulada como Valor Residual de Garantia da mesma. Uma vez que esse montante não atingir o valor estabelecido a título de VRG em prol da arrendante, poderá esta utilizar o Valor Residual Garantido pago pelo arrendatário para a aquisição hipotética do veículo.

Se ao final de toda a transação financeira o valor recebido pela venda do bem somado ao Valor Residual Garantido pago pelo arrendatário for igual ao Valor Residual de Garantia estipulado pela arrendante na celebração do contrato, nada será devido ao arrendatário, entretanto, se os valores discriminados excederem o VRG acordado em favor do arrendador, essa quantia deverá ser devidamente restituída ao arrendatário.

Diante do exposto conclui-se que as cláusulas contratuais insertas em contratos de *leasing* que prevejam a não devolução do VRG em si, sem qualquer justificativa, principalmente de forma que imponham a compra do veículo pelo arrendatário, quando do término do contrato, consoante demonstrado, devem ser consideradas abusivas por contrariar características inerentes ao tipo contratual. Todavia, as ponderações das arrendantes de valores a serem devolvidos aos arrendatários, com o intuito de resguardar os direitos dos arrendadores com a celebração do contrato, não podem ser consideradas cláusulas abusivas por apenas assegurarem aos arrendantes os direitos conferidos pelo contrato, devendo ser respeitadas, é claro, as características naturais do contrato e a vedação à

onerosidade excessiva para qualquer das partes. Desta forma, estar-se-ia a zelar pelo equilíbrio contratual que deve reger as relações obrigacionais.

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Carlos Alberto Di; LIMA, Alexandre Santana de. *Leasing Operacional: estratégias mercadológicas e econômicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALMEIDA, João Batista. *Manual de Direito do Consumidor*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ALMIRO, Afonso *apud* QUEIROZ, José Wilson Nogueira de. *Arrendamento Mercantil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

BELMONTE, Cláudio. *Proteção contratual do consumido: conservação e redução do negócio jurídico no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BENJAMIM, Antônio Herman V.; BESSA, Leonardo Roscoe; MARQUES, Claudia Lima. *Manual de Direito do Consumidor*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

BITTAR, Carlos Alberto. *Direitos do Consumidor: código de defesa do consumidor*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BOITEUX, Fernando Netto. *Contratos Mercantis*. São Paulo: Dialética, 2001.

BRASIL. Banco Central do Brasil. *Resolução nº. 2.309 de 28.08.1996*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1996&numero=2309>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

_____. *Lei nº. 8.078 de 11.09.1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. *Lei nº. 6.099 de 12.09.1974*. Brasília, 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6099.htm>. Acesso em: 30 jul. 2012.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *RESp n. 299.378/SP*. Relator: Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. 4 set. 2001. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *AgRg no REsp 627495/DF*. Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros. 9 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 4 T. *AgRg no REsp n. 620.871. MG*. Relator: Ministro Aldir Passarinho. 22 jun. 2004. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal Justiça. Súmula 263. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *AgRg no RESp n. 555842*. RS. Relator: Ministro Paulo Furtado. 14 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *AgRg nos EREsp n. 230.239*. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. 23 mai. 2001. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 1 out. 2012.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Corte Especial. *EREsp 213.828*. Relator: Milton Luiz Pereira. 7 maio 2003. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 1 out. 2012.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 4 T. *Apelação Cível, Processo n.º 1999.01.1.044298-0*. Relatora: Desembargadora Carmelita Brasil. 5 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 4 T. *Apelação Cível, Processo n.º 2002. 01. 1. 036979-5*. Relator: Desembargador Mario Machado. 10 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Súmula 263*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Súmula 293*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 5 T. *Apelação Cível, Processo n.º 2002. 07. 1. 004719-9*. Relator: Desembargador Benito Augusto Tiezzi. 10 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 4 T. *AgRg no Ag n.º 1.383.974*. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. 1 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *RESp n.º 294.779*. Relator: Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. 8 out. 2001. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *RESp n.º 445.954*. Relator: Ministro Antônio de Pádua Ribeiro. 29 set. 2003. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 3 T. *RESp n.º 373.674*. Relator: Ministro Castro Filho. 29 jun. 2004. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *RESp n.º 1.099.212*. Relator: Ministro Massami Uyeda. 26 set. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Corte Especial. *EREsp n.º 213.828/RS*. Relator: Ministro Edson Vidigal. 7 maio 2003. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

_____. Ministério da Fazenda. *Portaria MF n.º 564/78*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=RESOLUCAO+564+%2F78%2C+DO+BACEN&s=jurisprudencia>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *RESp n.º 1.099.212*. Relator: Ministro Massami Uyeda. 26 set. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013¹ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *RESp n.º 1.099.212*. Relator: Ministro Massami Uyeda. 26 set. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 1 T. *Apelação Cível, Processo n.º 2011.01.1.072584-7*. Relator: Desembargador Alfeu Gonzaga Machado. 5 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 1 T. *Apelação Cível, Processo n.º 2011.11.1.0030945*. Relatora: Desembargadora Simone Lucindo. 10 out. 2012. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 5 T. *Apelação Cível, Processo n.º 1998.01.1.0420683*. Relator: Desembargador Asdrúbal Nascimento Lima. 27 set. 2000. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 3 T. *Apelação Cível, Processo n.º 2010.01.1.182240-2*. Relator: Desembargador Humberto Adjuto Ulhoa. 28 set. 2011. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>> . Acesso em: 30 fev. 2013.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 1 T. *Apelação Cível, Processo n.º 2011.01.1.072584-7*. Relator: Desembargador Alfeu Gonzaga Machado. 5 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 2 S. *Recurso Especial n.º 1.099.212/RJ*. Relator: Ministro Massami Uyeda. 27 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 6 abr. 2013.

BULGARELLI, Waldirio. *Contratos Mercantis*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CAMARGO SOBRINHO, Mário de. *Contrato de Adesão e a necessidade de uma legislação específica*. São Paulo: Interlex, 2000.

CARDOSO, Jorge G. *apud* RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CARVALHO, José Carlos Maldonado de. *Direito do Consumidor: Fundamentos doutrinários e visão jurisprudencial*. Rio de Janeiro: Destaque, 2002.

CATALAN, Marcos Jorge; FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. A pessoa jurídica consumidora duas décadas depois do advento do código de defesa do consumidor. *Revista brasileira de Direito Civil Constitucional e Relações de Consumo*. V. 1, p. 145 - 180, 2009.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial: direito de empresa*. Volume 3. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DE LUCCA, Newton. *Direito do Consumidor*. São Paulo: Quartier Latin, 2003, p. 246.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FIUZA, César; ROBERTO, Giordano Bruno Soares. *Contratos de adesão: De acordo com o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Cláusulas abusivas nos contratos*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

FRADERA, Vera Jacob de. Ineficácia das cláusulas abusivas no sistema brasileiro do Código de Defesa do Consumidor: uma abordagem clássica. *Revista Direito do Consumidor*. São Paulo, n. 43, p. 316 a 318, jul./set. 2002.

FREITAS FILHO, Roberto. *Intervenção judicial nos contratos e aplicação dos princípios e das cláusulas gerais: o caso do leasing*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2009, p. 63.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. *Manual de Direito Comercial*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. *Os deveres contratuais gerais nas relações civis e de consumo*. Curitiba: Juruá, 2011.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. *Direito do Consumidor: código comentado, jurisprudência, doutrina, Decreto n. 2.181/1997*. 7. ed. Niterói: Impetus, 2011.

GOMES, Orlando. *Contratos*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais*. Volume 3. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Valério Pedroso; GUERRA, Luiz Antonio. *Contratos Mercantis Diferenciados*. Brasília: Brasília Jurídica, 2007.

KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. *Direito do Consumidor: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LISBOA, Roberto Senise. *Manual de Direito Civil: contratos e declarações unilaterais*. Volume 3. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

LÔBO, Paulo. *Direito Civil: Contratos*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Curso de Direito Civil: Direito das Obrigações*. Volume 5, parte 2. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Leasing*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MANDELBAUM, Renata. *Contratos de adesão e contratos de consume*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MARTINS, Fran. *Contratos e Obrigações Comerciais*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MIRANDA, Custodio da Piedade Ubaldino. *Contrato de Adesão*. São Paulo: Atlas, 2002.

NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: contratos*. Volume 3. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

NEGRÃO, Ricardo. *Manual de Direito Comercial e de Empresa: títulos de crédito e contratos empresariais*. , Volume 2. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

NUNES, Luis Antonio Rizzato. *Curso de Direito do consumidor*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, James Eduardo. *Código de defesa do Consumidor*. São Paulo: Atlas, 2004.

PAES, Paulo Roberto Tavares. *Obrigações e Contratos Mercantis*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PEDROTTI, Irineu Antonio. *Arrendamento Mercantil (leasing) e Alienação Fiduciária: Anotações, Exemplos, Legislação e Jurisprudência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil: contratos*. Volume 3. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

PIMENTEL, Carlos Barbosa. *Direito Comercial: Teoria e questões*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

QUEIROZ, José Wilson Nogueira de. *Arrendamento Mercantil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

RIZZARDO, Arnaldo. *Leasing: arrendamento mercantil no direito brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. *Contratos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. *Código de Defesa do Consumidor Anotado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, Luís Renato Ferreira da. *Revisão dos Contratos: Do Código Civil ao Código do Consumidor*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie*. 5. ed. São Paulo: Método, 2010.

VANTI, Silvia. *Leasing: aspectos controvertidos do arrendamento mercantil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

VENOSA, Sílvio de Sálvio. *Direito Civil: contratos em espécie*. Volume 3. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WALD, Arnaldo, apud DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais*. Volume 3. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.